

CAROLINA BARBOSA TSUYUGUCHI

MORAR INVISIBILIZADO

OS TERRITÓRIOS POPULARES DE CAMPINA GRANDE, PB



Morar invisibilizado:

Territórios Populares em Campina Grande | PB

Trabalho de Conclusão de curso por Carolina Barbosa Tsuyuguchi
Orientado por Livia Izabel Bezerra de Miranda

Universidade Federal de Campina Grande,
Agosto de 2022.

Carolina Barbosa Tsuyuguchi

Morar invisibilizado

Territórios Populares em Campina Grande | PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, para encerramento do componente curricular e conclusão da graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Campina Grande,
Agosto de 2022.

Às entidades de bairro,
que fomentam a luta pelo morar digno.

Agradecimentos

Às mulheres dos Clubes de Mães, que abriram suas portas para mim. Obrigada pela disponibilidade, pelo tempo que passaram comigo contando um pouco das suas histórias, pelo acolhimento e pela partilha de desejos. Apesar de saber que não posso mudar o mundo, escrevi esse trabalho na esperança de que podemos construir muito juntas.

Aos amigos e colegas do INCT do Observatório das Metrôpoles e da Rede Moradia e Assessoria, com os quais pude imergir no debate de narrativas que gira em torno do direito à cidade, assim me ajudando a construir novas perspectivas. Em especial à professora Livia Miranda, que nos últimos três anos vem me orientando com paciência, disponibilidade e sensibilidade.

Ouso ainda agradecer às pessoas que me acompanharam no caminho até aqui, assim:

À minha mãe e ao meu pai, Marlinda e Yasutoshi, que sempre valorizaram a minha educação. Obrigada por, através do amor de vocês, me capacitarem a realizar minhas potencialidades, sempre me mostrando até onde eu posso chegar, mas com liberdade, para que esses destinos fossem frutos das minhas escolhas.

Às minhas irmãs, Ana Paula, Aline e Bárbara, por serem meus exemplos e minhas amigas. Obrigada por me aguentarem insegura, me tornarem mais madura e me mostrarem que os sonhos não se devem adiar.

Aos meus padrinhos, Raul e Rita, que também são minha família. Obrigada pelo cuidado, pelas conversas, pela partilha de princípios e valores, mas principalmente, pelo amor infinito.

Aos amigos de Porto Velho, que mesmo de longe se fizeram ninho e nunca me abandonaram nem esqueceram. Obrigada por serem "sobre grandes amores" e "sobre o que a distância não acaba".

Aos professores do curso, que mesmo sendo poucos e com infraestrutura limitada, mantêm um esforço constante. Em especial, à professora Kainara e ao professor Demóstenes, que me acompanharam de perto.

Aos amigos que construí na Universidade, com quem dividi trabalhos, extensão, pesquisa e momentos. Obrigada por terem me impulsionado quando necessário e me desacelerado quando eu precisava.

Aos amigos do CACAU, e aqui me atrevo a citar: Bea, Dai, Sam, Sarah, Zana, Karine e Higor. Obrigada por andarem ao meu lado na construção do movimento estudantil, por agregar mais sentido e significado nesses anos dentro da universidade e, principalmente, pelo afeto e pela amizade que permanecem.

Aos amigos que se fizeram família, Bruno e Jobson, que começaram essa caminhada comigo dividindo uma maquete e um banner e agora finalizam compartilhando a vida. Tenho uma sorte infinita por compartilhar o mesmo tempo-espaço de vocês. Obrigada por terem me ensinado formas melhores de lidar com a vida.

Resumo

As cidades brasileiras, durante suas formações, são acompanhadas de processos de segregação socioespacial, como consequência da desigualdade socioeconômica do país. Esses processos privam grande parcela da população do acesso à habitação. Além das dificuldades de habitabilidade por parte da população, ainda existe uma dificuldade no acesso de informações sobre esses assentamentos por parte dos pesquisadores, tanto no âmbito de uma identificação dos territórios populares existentes, quanto em relação às suas caracterizações. A ausência de conhecimento sobre essas precariedades dificulta intervenções adequadas para cada território popular. A cidade de Campina Grande possui alguns levantamentos relacionados a esta precariedade, entretanto observa-se que várias comunidades permanecem não identificadas. O presente trabalho tem como objetivo identificar e caracterizar os territórios populares invisibilizados por levantamentos preexistentes, tomando como área a cidade de Campina Grande. No que diz respeito à natureza da pesquisa, ela é aplicada, quali-quantitativa e exploratória. A metodologia desenvolvida tem origem nas pesquisas "Núcleos Urbanos Informais no Brasil", realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e nas Cartografias Coletivas, desenvolvidas pelo grupo Interdisciplinar. Foi utilizada a estratégia de sobreposição de dados relativos a precariedades de habitabilidade, tendo como principal indicativo para a identificação dos territórios populares, os endereços das associadas aos Clubes de Mães da cidade. Em sequência, dá-se recomendações para a caracterização a partir de uma cartografia coletiva, realizada em conjunto com a associação de bairro em questão. A principal contribuição do trabalho foi o ensaio de uma metodologia que coloca em questão o desafio de construir uma identificação e caracterização de territórios populares a partir da colaboração das comunidades residentes nesses territórios. Ainda contribui com a demonstração da metodologia, identificando cinco áreas prováveis de territórios populares e apresentando a caracterização de um estudo de caso, no Tambor, construído em conjunto ao Clube de Mães Anita Cabral.

Palavras-Chave: territórios populares, precariedade habitacional, mapeamentos colaborativos.

Abstract

Brazilian cities, during their formation, are accompanied by processes of socio-spatial segregation, as a consequence of the country's socioeconomic inequality. These processes deprive a large portion of the population of access to housing. In addition to the difficulties of habitability, there is still a difficulty in accessing information about these settlements by researchers, regarding both the scope of identification of existing popular territories, and their characterization. The lack of knowledge about these precariousness hampers adequate interventions for each popular territory. The city of Campina Grande has some surveys related to this precariousness, however it is observed that several communities remain unidentified. The present work aims to identify and characterize popular territories that were invisible in preexisting surveys, taking the city of Campina Grande as an area. As far as the nature of the research is concerned, it is applied, quali-quantitative and exploratory research. The methodology developed has its origins in the surveys "Informal Urban Nuclei in Brazil", carried out by the Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) and in collective cartographies, developed by the Interdisciplinary group. The strategy of overlapping data related to precariousness of habitability was applied using the addresses of the members of the Clubes de Mães in the city as the main indication for identification of popular territories. In sequence, recommendations for the characterization based on a collective cartography, carried out in conjunction with the neighborhood association. The main contribution of the work was the rehearsal of a methodology that brings into question the challenge of building the identification and characterization of popular territories based on the collaboration of the communities residing in these territories. Another contribution is the demonstration of the methodology, identifying five probable areas of popular territories and presenting the characterization of a case study, in Tambor, built together with the Clube de Mães Anita Cabral.

Keywords: popular territories, popular settlements, collaborative mapping.

Lista de figuras

- Figura 01: Intervenções em Territórios Populares de 1960 a 1980. 03
- Figura 02: Intervenções em Territórios Populares de 1980 a 2000. 05
- Figura 03: Intervenções em Territórios Populares de 2000 a 2020. 06
- Figura 04: Percurso Metodológico. 09
- Figura 05: Localização de Campina Grande. 11
- Figura 06: Fluxo de Atividades da Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil. 28
- Figuras 07: Disputa entre questões de fato e questões de interesse: evento + narrativa. 32
- Figura 08: Caminhos para a identificação e caracterização dos territórios populares. 49
- Figura 09: Fatores de visibilidade do território popular Caatingueira. 56

Lista de cartogramas

- Cartograma 01: Aglomerados Subnormais de 2019. 15
- Cartograma 02: ZEIS não reconhecida como Aglomerado Subnormal. 16
- Cartograma 03: ZEIS que excede o perímetro do Aglomerado Subnormal. 16
- Cartograma 04: Assentamentos Precários de 2007. 18
- Cartograma 05: Zonas Especiais de Interesse Social. 19
- Cartograma 06: Áreas de Risco. 23
- Cartograma 07: Áreas de Risco não catalogadas oficialmente. 25
- Cartograma 08: Sobreposição dos Levantamentos Preexistentes. 26
- Cartograma 09: Endereços dos Clubes de Mães identificados. 50
- Cartograma 10: Mapa de calor dos endereços das associadas aos Clubes de Mães. 53
- Cartograma 11: Sobreposição do mapa de calor dos endereços das associadas aos Clubes de Mães e dos levantamentos preexistentes. 54
- Cartograma 12: Localização do bairro Tambor na cidade de Campina Grande. 58
- Cartograma 13: Levantamentos preexistentes no território popular do Tambor. 59
- Cartografia 14: Traçado das quadras do território popular do Tambor. 60
- Cartografia 15: Declividade do território popular do Tambor. 61
- Cartografia 16: Áreas com restrições à ocupação no território popular do Tambor. 62
- Cartografia 17: Renda por setor censitário no território popular do Tambor. 65
- Cartograma 18: Abastecimento de água no território popular do Tambor. 66
- Cartograma 19: Esgotamento sanitário no território popular do Tambor. 67
- Cartograma 20: Limites, marcos e pontos nodais identificados no território popular do Tambor. 70
- Cartograma 21: Cartograma do resultado da oficina. 75

Lista de quadros

Quadro 01: Informações sobre assentamentos populares levantados pela Sintaxe Consultoria que não se tornaram ZEIS. 21

Quadro 02: Tipos das variáveis usadas pela metodologia NUI. 29

Quadro 03: Comparação das metodologias. 38

Quadro 04: Variáveis utilizadas na presente metodologia. 38

Quadro 05: Riscos e Vulnerabilidade: entradas para o reconhecimento dos territórios populares. 45

Quadro 06: Endereços disponíveis e encontrados dos CM's visitados. 51

Quadro 07: Visibilidade dos territórios populares que sediam os CM's visitados. 55

Lista de fotografias

Fotografia 01 e 02: Ocupações na faixa não edificável do Tambor. 63

Fotografia 03: Delimitação do perímetro do território popular. 69

Fotografia 04: Etiquetas espacializadas na Rua Santa Catarina. 71

Fotografia 05 e 06: Cartografia coletiva realizada com o Clube de Mães Anita Cabral. 72

Fotografia 07: Participantes da oficina do Clube de Mães Anita Cabral. 78

Lista de abreviaturas e siglas

APP - Áreas de Preservação Permanentes

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEHAP - Companhia Estadual de Habitação Popular

CM - Clube de Mães

COHAB-CG - Companhia de Habitação Popular

COMDECA - Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande

COPLAN - Coordenadoria de Planejamento

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NUI - Núcleo Urbano Informal

PAC-UAP - Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos
Precários

PEMAS - Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais

PMCG - Prefeitura Municipal de Campina Grande

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

PROHAB - Programa Especial de Habitação

PROMORAR - Programa de Erradicação da Sub-habitação

Rede M-A - Rede Moradia Assessoria

SAB - Sociedade de Amigos do Bairro

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

Glossário

Na literatura são encontrados diversos termos para falar sobre territórios populares, entretanto essas definições não são sinônimos para descrever um mesmo objeto, mas delimitam diferentes recortes e significados para esses espaços. Não sendo apenas uma questão de linguagem, mas também conceitual, cabe aqui expor os conceitos dos vocábulos utilizados no presente trabalho.

Aglomerados Subnormais

Refere-se a um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos recenseamentos. O termo é definido, pelo Instituto, como

“forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação [...] conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros” (IBGE, 2010, s.p.).

Áreas de risco

Termo utilizado no programa “Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa” executado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em parceria com a Defesa Civil sobre as áreas de risco geológico. O vocábulo é usado para descrever áreas de risco em função da instabilidade física do lugar de ocupação, comumente localizados em leitos de rio e em sua planície de inundações (CPRM, 2013).

Assentamentos Precários

Termo utilizado em dois estudos:

O primeiro, “Assentamentos Precários no Brasil Urbano”, estudo desenvolvido pelo Centro de Estudos da Metrópole/ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM/Cebrap, 2007), que trata de uma proposição metodológica para identificar assentamentos precários visando ampliar o universo dos dos Aglomerados Subnormais identificados no censo demográfico de 2000. A pesquisa buscou analisar setores censitários que não estavam classificados como Aglomerados Subnormais, mas se assemelhavam a eles, por meio de

indicadores compostos por variáveis socioeconômicas, demográficas e de características habitacionais.

Em “Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários”, documento disponibilizado pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, para auxiliar os municípios a produzir dados sobre Assentamentos Precários. O guia define Assentamentos Precários como:

“conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, incluindo as tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação, tais como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, bem como os conjuntos habitacionais que se acham degradados” (Ministério das Cidades, 2003, pag. 9).

Comunidades

No contexto do presente trabalho, que conecta o sentido de comunidade atribuído pelos Clubes de Mães, Saraiva (2016) apresenta que

A comunidade evocada pelas representações de bairro, na maioria dos casos, consistia na concepção de espaço de vizinhança, entre comuns ou ainda entre amigos e familiares, aconchego (Saraiva, 2016, pág. 106).

O “Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife” ainda faz referência ao termo, fazendo a ressalva que

“No âmbito dessa prática de interação política, o termo ‘comunidade’ foi ativado, para além do seu sentido antropológico ou sociológico, bem como foi adotado pela mídia para efeito de denúncias da precariedade da qualidade das infraestruturas públicas. Adotando para estas áreas, a denominação de Comunidades de Interesse Social, o Atlas inscreve-se nessa trajetória” (SANEAR, 2013, p.16).

Em uma perspectiva de somar a essas designações, o termo é utilizado pelo presente trabalho para se referir ao conjunto de moradores que vivem nos mesmos territórios populares e que compartilham os mesmos interesses e constroem em conjunto o lugar no seu aspecto físico e social.

Territórios

Souza (1995) define território como “espaço definido e delimitado a partir de relações de poder” e ainda acrescenta que, na conceituação de território, as questões primordiais não são

“as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço” (SOUZA, 1995, PÁG, 78).

Mas o que importa de fato é a construção de respostas para as indagações de “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?”

Territórios Populares

A definição é adotada pela Rede Moradia Assessoria para delimitar as áreas de atuação dos grupos que realizam assessoria técnica nesses territórios. Para a Rede M-A o Território Popular

“tratam-se de comunidades, situações de moradia coletiva, seus lugares e formas de vida onde o direito à moradia digna está ameaçado ou não está garantido em sua plenitude” (REDE..., 2021, n.p).

Núcleos Urbanos Informais (NUI)

O conceito foi estabelecido inicialmente pelo Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001) e mais tarde desenvolvido pela Lei 13.465/2017, que trata sobre a regularização fundiária. Na legislação é definido como:

“aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização”. (BRASIL, 2017, Art. 11, inciso III).

Zonas Especiais de Interesse Social – Estatuto da Cidade/Lei Municipal

Instrumento urbanístico previsto pelo Estatuto da Cidade. No caso de Campina Grande está determinado pela Lei nº 4.806, de 23 de setembro de 2009, onde é descrito como

“áreas públicas e particulares ocupadas por assentamentos precários de população de baixa renda na Macrozona Urbana, podendo o Poder Público promover a regularização fundiária e urbanística, com implantação de equipamentos públicos, inclusive de recreação de lazer, comércio e serviços de caráter local”.

Sumário

Considerações Iniciais 01

Panorama Histórico 02

Objetivos 08

Metodologia 08

Lugar de estudo 11

Estrutura do trabalho 11

Lacunas da Visibilidade: referencial teórico 13

1.1 Aglomerados Subnormais 13

1.2 Assentamentos Precários 17

1.3 Zonas Especiais de Interesse Social 18

1.4 Áreas de Risco 22

1.5 A sobreposição das Camadas de Informações e a delimitação do Universos dos Territórios Populares 25

Formas de Evidenciar: um ensaio 27

2.1 Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil | IPEA 27

2.2 Cartografias Coletivas | Interdisciplinar 30

2.3 Os Clubes de Mães 33

2.4 Metodologia utilizada 37

2.4.1 Cartografias Georreferenciadas 38

2.4.2 Cartografias Coletivas 43

Traçado vivo: identificação dos territórios populares e estudo de caso 48

3.1 Identificação dos territórios populares 49

3.2 Estudo de caso: o território popular do Tambor 56

3.2.1 Caracterização por cartogramas georreferenciados 58

3.2.2 Caracterização por cartografias coletivas 67

Considerações Finais 78

Referências 80

Considerações iniciais

A precariedade habitacional é uma problemática comum a todo território brasileiro, que surge como resultado da desigualdade social característica do país. Muitas vezes a população de baixa renda encontra refúgio da exclusão do mercado imobiliário em áreas precárias, assim sofrendo com diversos problemas, como a ausência de infraestrutura e serviço, o risco geológico, a insegurança da posse da terra, a precariedade da construção, entre outros.

Favelas, invasões, assentamentos informais, assentamentos irregulares e assentamentos precários são algumas nomenclaturas utilizadas para se referir aos territórios populares, entretanto com o tempo esses termos tomaram conotações pejorativas. Assim como os espaços são subjugados, essa significância também se estende muitas vezes aos seus moradores, colocando-os em uma situação de preconceito, criminalização e perseguição. Para evitar conotações negativas adota-se neste trabalho o termo “territórios populares”, utilizado pela Rede Moradia Assessoria¹, por ser um termo que expressa a potencialidade desses lugares, mas também por ser abrangente, não representando um grupo ou um estudo específico.

Trata-se aqui os territórios populares como a parte da cidade construída pelo povo e para o povo, sendo lugares com grandes potenciais. Entretanto essa percepção é feita de forma cautelosa para, ao reconhecer a autenticidade das transformações do meio urbano realizada pela população residente, não serem negligenciadas as obrigações do governo sobre a cidade. Essa ressalva é realizada considerando que o direito à moradia digna é assegurado tanto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, quanto pela Constituição Federal de 1988, sendo assim um dever do Estado prover o direito previsto.

¹ Rede de pesquisa que, de forma prática e teórica, atua a partir de uma articulação de equipes interdisciplinares. O grupo explora o olhar para a Moradia e para a Assessoria Técnica de forma que a diversidade das realidades e, conseqüentemente, das formas de investigação e atuação nesses espaços, sejam reconhecidas. Dessa forma, é possível visibilizar informações de lugares que sofreram apagamentos (REDE..., 2021, n.p).

Panorama histórico

A história do surgimento e da expansão dos territórios populares pode ser relatada a partir de uma sequência de acontecimentos históricos segregatórios que foram negligenciados pelo poder público. Em Campina Grande, a Reforma Urbanística na década de 1930, foi o primeiro grande marco dos processos de gentrificação da cidade. Segundo Queiroz (2016), em 1931, os processos de segregação e gentrificação já estavam nítidos, circulando pelos jornais da cidade. Esse processo “higienista” foi justificado como uma ação contra a precariedade das condições higiênicas e da saúde coletiva, prevendo a erradicação dos cortiços e expulsava do antigo perímetro urbano, atual centro da cidade, as pessoas que foram associadas às doenças (os atingidos pelas moléstias, as prostitutas, os mendigos e os a população mais pobre). A população expulsa do centro da cidade passou a compor os territórios populares, onde era precário o acesso da população de baixa renda à infraestrutura urbana, ao trabalho e aos serviços. (QUEIROZ, 2016; CARVALHO, 2020)

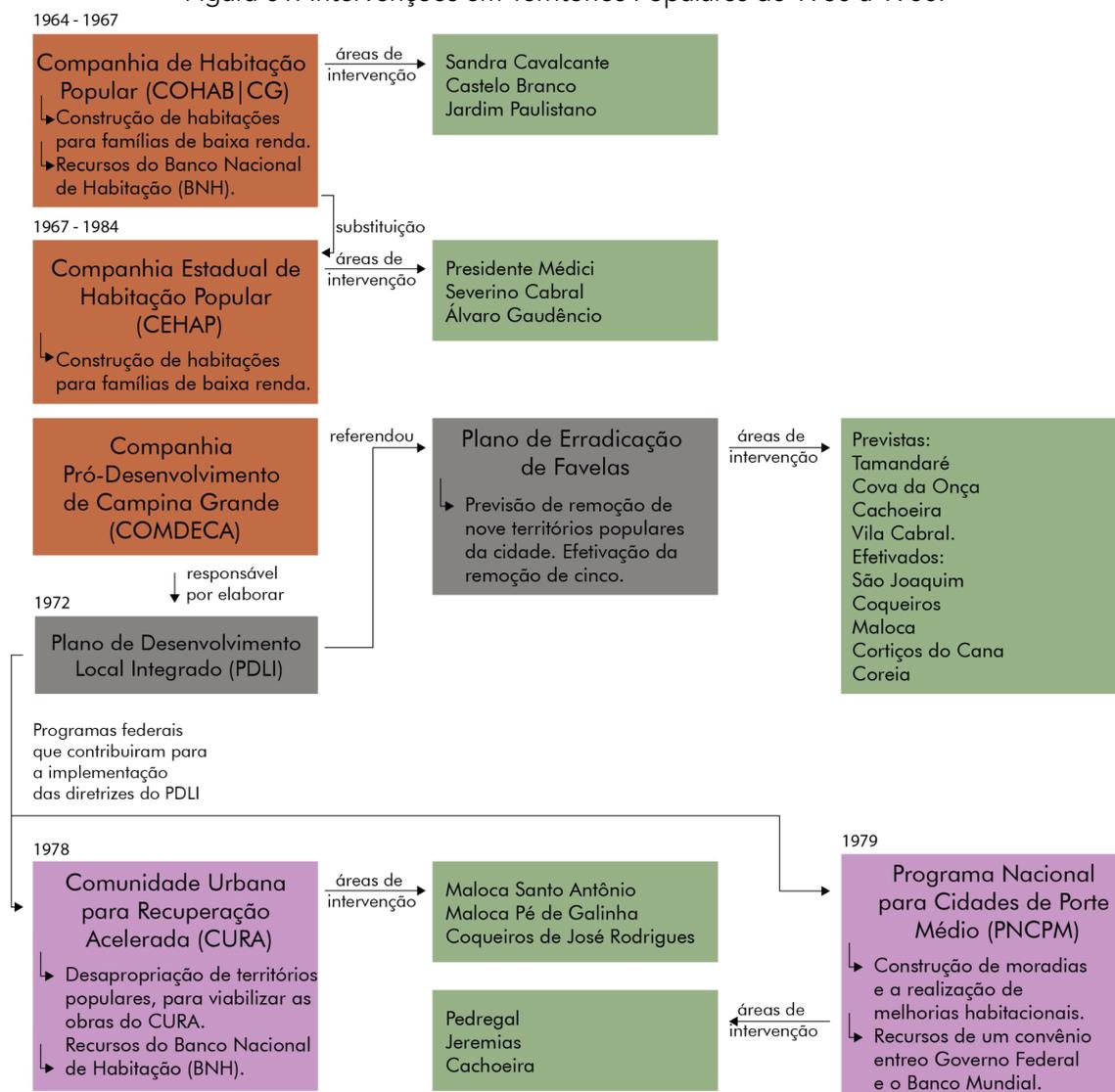
Outro momento de negligência ao acesso de moradia digna em Campina Grande foi simultâneo ao crescimento populacional durante a industrialização associada à produção de algodão nas décadas de 1940 e 1950, impulsionada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O crescimento da cidade, sem o acompanhamento de um mercado imobiliário acessível, provocou a produção de mais territórios populares.

A partir de 1964 começaram a ser planejadas intervenções públicas no campo habitacional, destacando-se nesse processo a Companhia de Habitação Popular (COHAB-CG), que posteriormente foi substituída pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), responsável pela construção de habitacionais para famílias de baixa renda. Ademais, ainda se destaca a Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande, responsável pelo Plano de Desenvolvimento Local Integrado, o qual referendou o Plano de Erradicação de Favelas, que identificou e previu o reassentamento de nove territórios populares, efetivando a remoção de cinco deles (São Joaquim, Coqueiro, Maloca, Cortiços do Canal e Coreia).

As obras realizadas até 1980 (Figura 01) convergiam para a erradicação de territórios populares, a partir do reassentamento da população residente nestes territórios para novos conjuntos habitacionais na periferia urbana. Em geral esse

processo foi realizado de forma autoritária, sem diálogo com as pessoas que moravam nos lugares de intervenção e não impediu o espriamento de antigos e surgimento de novos territórios populares.

Figura 01: Intervenções em Territórios Populares de 1960 a 1980.



Fonte: Elaborado pela Autora.
Base de informações: MORAES et. al., 2021

Campina Grande passou por outro momento de intenso crescimento demográfico no fim da ditadura militar, desta vez por consequência da seca que atingiu a região. No Nordeste, de 1979 a 1983, houve uma baixa na produção de arroz, feijão e algodão, além de uma diminuição na pecuária, o que resultou em um processo de migração intensa da zona rural para a zona urbana (LIMA, 2010; MARENGO, 2017). Nessa época ocorre um acelerado processo de “favelamento”

influenciado por, entre outros fatores, uma forte seca que durou cinco anos (MELO, 1985).

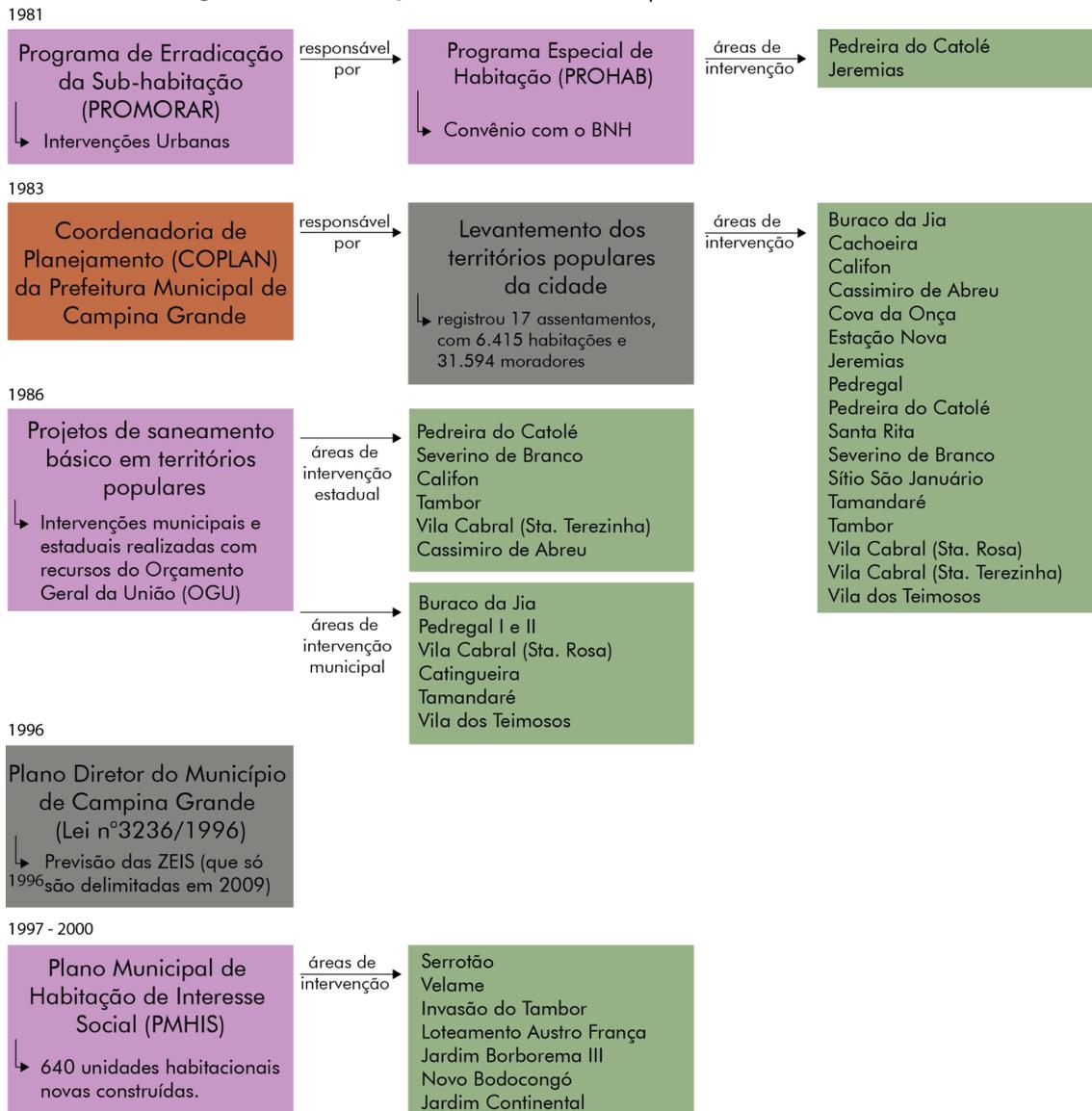
Em relação à política habitacional, ocorreram mudanças políticas no cenário nacional, com as manifestações populares que emergiram após o fim da ditadura militar, e implantaram uma nova lógica, a de urbanização de favelas. Em 1981, Campina Grande recebeu o Programa de Erradicação de Sub-habitação, do Governo Federal, por meio do Programa Especial de Habitação (PROHAB), de âmbito municipal. O projeto previa intervenções urbanas nos territórios populares de Pedreira do Catolé e do Jeremias.

Apesar desse novo olhar sobre os territórios populares, iniciativas como o PROMORAR eram escassas, respondendo de forma insuficiente a demanda por adequação de habitações. Com a contínua ampliação de territórios populares, em 1983 foi realizado um levantamento que identificou 17 territórios populares: Cachoeira, Estação Nova, Vila Cabral (Santa Rosa), Vila Cabral (Santa Terezinha), Sítio São Januário, Cassimiro de Abreu, Buraco da Jia, Severino de Branco, Pedregal, Jeremias, Tambor, Califon, Tamandaré, Pedreira do Catolé, Cova da Onça, Vila dos Teimosos e Santa Rita (LIMA, 2010)

Ainda na década de 1980 foram realizados projetos de saneamento básico em territórios populares, através de intervenções municipais e estaduais realizadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). O governo estadual foi responsável pelas intervenções em: Tambor, Califon, Pedreira do Catolé, Vila Cabral de Santa Terezinha, Cassimiro de Abreu e Severino de Branco. Já, com recursos próprios do município, foram contempladas as áreas: Pedregal I e II, Vila Cabral de Santa Rosa, Catingueira, Tamandaré, Buraco da Jia, Vila dos Teimosos

Nas décadas de 1980 e 1990 foram realizadas diversas intervenções, de diferentes escalas (Figura 02). Entretanto, apesar da maioria das intervenções terem melhorado a qualidade de vida dos moradores dos territórios populares em que foram realizadas, elas não resolveram os problemas urbanísticos desses assentamentos de forma holística e também não alcançaram todos os territórios populares. Assim, a cidade continuou a demandar projetos de intervenções relacionados ao déficit habitacional.

Figura 02: Intervenções em Territórios Populares de 1980 a 2000.



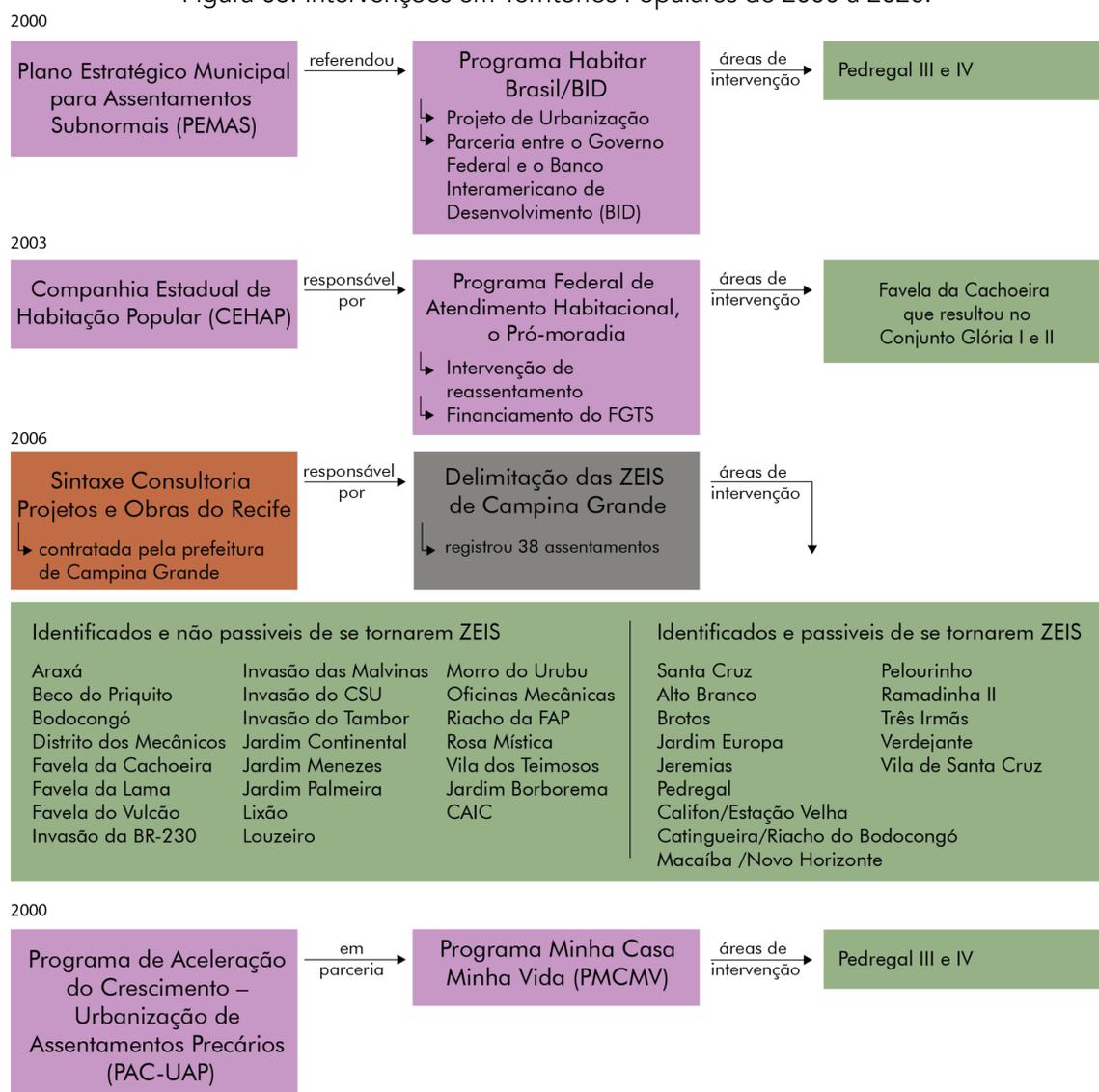
Fonte: Elaborado pela Autora.
Base de informações: MORAES et. al., 2021

Já a partir dos anos 2000 destacam-se o Programa Habitar Brasil/BID, responsável pela urbanização do Pedregal III e IV², o Pró-moradia, responsável pelo reassentamento da favela Cachoeira para o Conjunto Glória I e II, e o Programa de Aceleração do Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), que em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), foram responsáveis por obras de urbanização na Línea Férrea do Araxá, em Bodocongô, no Jardim Europa e na Invasão Novo Horizonte (Figura 03).

² Pedregal I, II, III e IV diz respeito à divisão territorial do bairro para a realização dos planos de urbanização.

Ainda é importante destacar o levantamento realizado, em 2006, pela Sintaxe Consultoria Projetos e Obras, situada no Recife (PE), empresa contratada pela prefeitura de Campina Grande, para fazer a identificação e a caracterização dos territórios populares da cidade, considerando a possibilidade de se tornarem Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)³. O levantamento identificou 39 territórios populares, sendo doze deles considerados passíveis de se tornarem ZEIS. Esse levantamento foi considerado nos planos de intervenções em territórios populares que se sucederam.

Figura 03: Intervenções em Territórios Populares de 2000 a 2020.



Fonte: Elaborado pela Autora.
Base de informações: MORAES et. al., 2021

³ Instrumento urbanístico previsto pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10257/2001). Previsto, em 1996, no Plano Diretor do Município de Campina Grande. Implantada pela Lei nº 4.806, de 23 de setembro de 2009.

Para o presente trabalho é interessante observar nessa cronologia de intervenções urbanas como a identificação e a caracterização de territórios populares é importante para a inclusão das comunidades nos planos e projetos estaduais e municipais, assim possibilitando que seus moradores se beneficiem dos recursos federais direcionados para a solução do déficit habitacional. Observa-se que os três levantamentos mencionados (realizados pela COMDECA em 1972, pela COPLAN em 1973 e pela Sintaxe Consultoria Projetos e Obras do Recife em 2006) têm impacto nos territórios populares selecionados para serem contemplados pelas intervenções que se sucederam.

No atual contexto é importante a identificação de territórios populares, para que sua população residente seja reconhecida e considerada pelo poder público. A identificação de moradias precárias valoriza a existência dos seus moradores, revelando suas necessidades e reafirmando a demanda por planejamento público que busque soluções para a problemática.

O Brasil possui um amplo território, com formações históricas e culturas distintas, o que inclui diferentes problemas urbanos e diversificadas formas de morar. Assim, a precariedade habitacional é um dos temas que se fazem presentes de diversas formas nas cidades brasileiras e, por essas distinções, uma caracterização geral é desafiante.

Alguns levantamentos tentaram abranger o universo dos assentamentos precários no Brasil, como os Aglomerados Subnormais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000, 2010, 2019), a Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), os Assentamentos Precários do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap, 2003), entre outros. Os estudos sobre precariedade habitacional em nível nacional, apesar de muito valiosos, mantêm alguns territórios populares invisibilizados em função de diversos constrangimentos metodológicos que dificultam a captação de pequenos aglomerados, com poucas unidades habitacionais. A ausência de levantamentos que contemplem de forma mais abrangente esses assentamentos, pode acarretar a negligência dos planos municipais por deixar de considerar tais territórios, resultando na permanência da precariedade.

Entretanto, além dos levantamentos nacionais, também existem estudos em nível municipal, que possibilitam uma leitura mais apropriada sobre as especificidades locais. Como exemplos, há as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), previstas no Estatuto da Cidade e as Áreas de Risco, levantadas pelo Serviço Geológico do Brasil

(CPRM). Entretanto, os levantamentos existentes no município, quase sempre são estudos desatualizados e limitados, que não abrangem o universo, mas sim um recorte sobre as precariedades.

Mesmo com estudos com diferentes metodologias, enfoque e objetivos, alguns assentamentos ainda não são identificados e permanecem invisíveis aos olhos do poder público e, conseqüentemente, de políticas públicas. A falta de dados sobre os territórios populares dificulta o planejamento, a coordenação e a execução de planos e políticas habitacionais.

Objetivos

Tendo em vista o debate sobre a não identificação dos territórios populares e a necessidade de evidenciar lugares invisibilizados por cartogramas governamentais e acadêmicas, esse trabalho possui como objetivo geral identificar e caracterizar territórios populares a partir de cartografias técnicas e coletivas na cidade de Campina Grande, visando evidenciar territórios populares invisibilizados ou parcialmente invisibilizados para o poder público municipal. Para auxiliar a construção do objetivo geral, foram elaborados três objetivos específicos, sendo eles: i) analisar comparativamente a presença de territórios populares a partir de mapeamentos técnicos e governamentais para identificar lacunas metodológicas de levantamentos preexistentes; ii) explorar novas metodologias para identificação de territórios populares não visibilizados nos estudos técnicos, compreendendo quais fatores podem ser indicativos das suas ocorrências; iii) explorar cartografias coletivas para delimitação e caracterização de territórios populares.

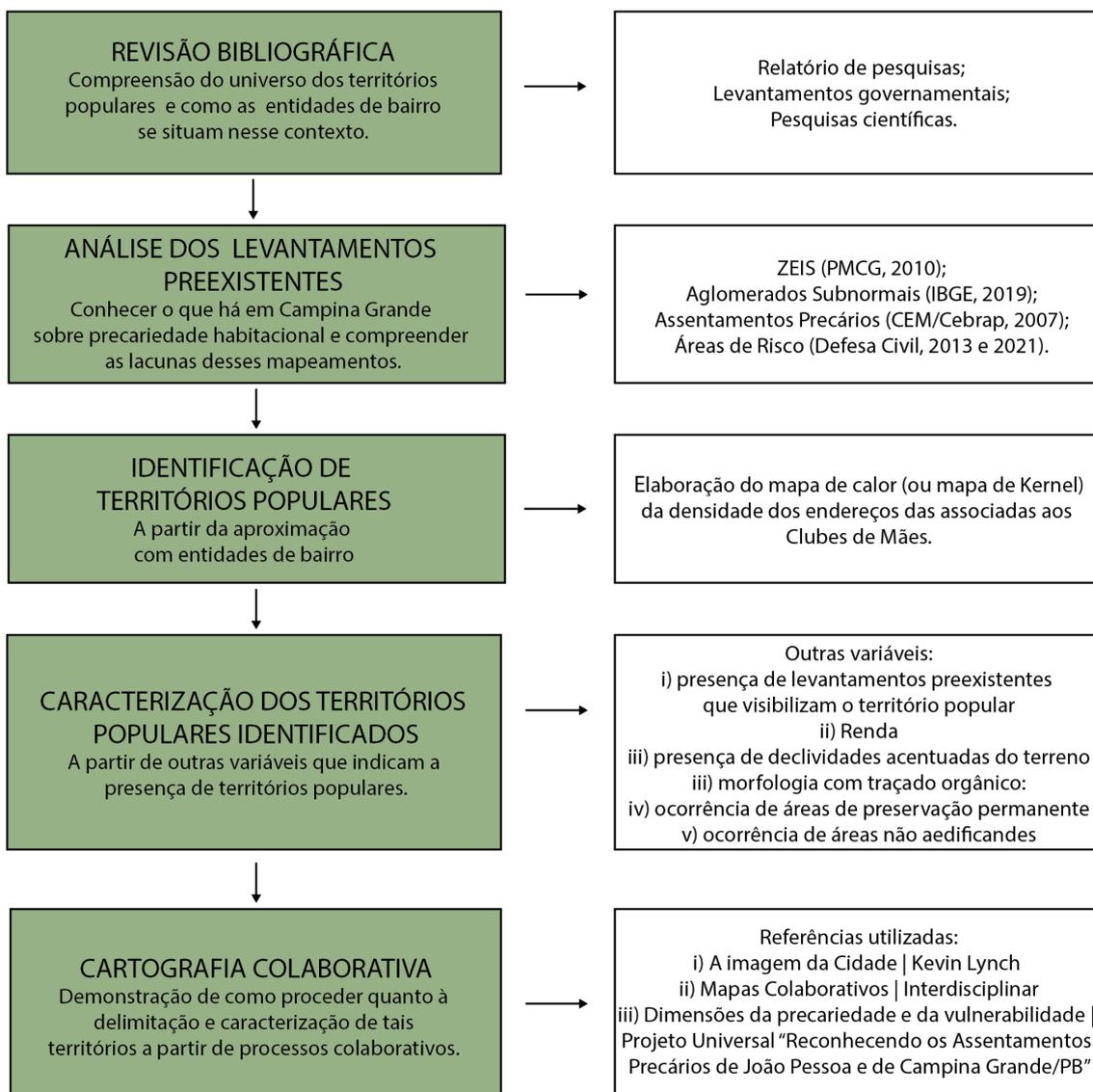
Metodologia

Uma vez que o principal objetivo da pesquisa é identificar e caracterizar territórios populares a partir de cartografias técnicas e colaborativas na cidade de Campina Grande, ela é classificada como de natureza aplicada, quali-quantitativa e exploratória.

A revisão bibliográfica foi realizada a partir de uma reunião de relatórios de pesquisa, levantamentos governamentais e pesquisas científicas, para a compreensão do universo dos territórios populares e como as entidades de bairro se situam nesse contexto. Já a análise dos levantamentos existentes consiste em uma avaliação das ZEIS (PMCG, 2010), dos Aglomerados Subnormais (IBGE, 2019), dos Assentamentos

Precários (CEM/Cebrap, 2007) e Áreas de Risco (Defesa Civil, 2013 e 2021), para assim conhecer o que há em Campina Grande sobre precariedade habitacional e compreender as lacunas desses mapeamentos.

Figura 04: Percurso metodológico.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Com a finalidade de identificar outros territórios populares que não foram visibilizados nos levantamentos anteriormente comentados. Buscou-se outras fontes de dados não usualmente utilizadas para a identificação de territórios populares. A primeira iniciativa foi a solicitação de acesso, ao Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Social, ao Cadastro Único (CadÚnico). Este cadastro,

que se destina a provisão de auxílios sociais à população vulnerabilizada, contém os endereços das pessoas contempladas, bem como alguns dados de caracterização socioeconômica e do domicílio. Pretendia-se, por meio deste cadastro, a espacialização dos endereços para a identificação de concentrações de pontos que cruzada com outras informações complementares poderiam dar indícios do local de residência da população mais vulnerável. No entanto, os dados não foram disponibilizados pelo Governo Federal, até o momento de finalização deste trabalho.

Uma segunda fonte alternativa de informações foi vislumbrada a partir dos cadastros de associações comunitárias locais. Buscou-se os cadastros de associações comunitárias na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Campina Grande. No entanto, estas informações não permitiram o acesso aos endereços dos afiliados. A fonte que se mostrou mais promissora foi o Cadastro das Associadas dos Clubes de Mães.

O acesso a estes dados foi facilitado pelas lideranças comunitárias. Porém foi necessário digitalizar a lista de endereços disponibilizada e gerar um banco de dados georreferenciado desses endereços. Assim, a identificação dos territórios populares foi realizada a partir da elaboração do mapa de calor (também conhecido como mapa de Kernel) da densidade dos endereços das associadas aos Clubes de Mães.

Recentemente o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou uma pesquisa sobre a identificação de Núcleos Urbanos Informais (NUI). Esse estudo tem como objetivo auxiliar a produção de dados sistematizados sobre o objeto de estudo, considerando as dificuldades de campo dos últimos anos, como a pandemia de Covid-19. A metodologia utilizada pela pesquisa consistiu na sobreposição de dados já existentes que sejam indicativos da presença de NUI nos municípios selecionados. O presente trabalho usa uma adaptação da metodologia adotada pelo IPEA, utilizando como principal variável de identificação os endereços das mulheres associadas aos Clubes de Mães da cidade.

No que diz respeito à caracterização dos territórios populares identificados, realizou-se uma sobreposição de cartografias de outras variáveis que também indicam a presença desses espaços, como: i) existência de levantamentos preexistentes que visibilizam o território popular (PMCG, 2010; IBGE, 2019; CEM/Cebrap, 2007; Defesa Civil, 2013 e 2021); ii) morfologia com traçado orgânico; iii) presença de declividades acentuadas do terreno; iv) ocorrência de áreas de preservação permanente; v) ocorrência de áreas non aedificandi; vi) baixo rendimento médio nominal mensal da

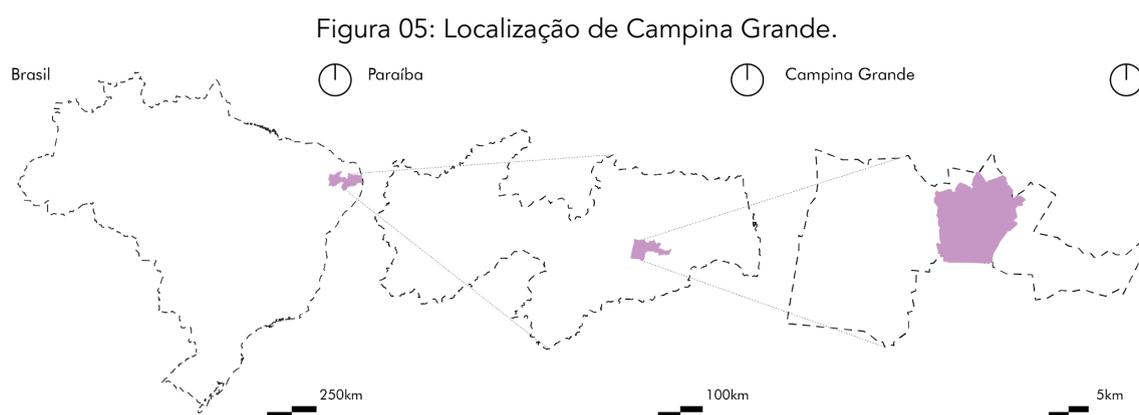
pessoa responsável pelo domicílio (IBGE, 2010); vii) ausência de infraestruturas relacionadas ao saneamento básico.

Por fim, a cartografia coletiva demonstra como proceder quanto à delimitação e à caracterização de tais territórios a partir de processos colaborativos. A elaboração desses cartogramas em geral tem como objetivo identificar e caracterizar os territórios populares quanto às suas questões físicas e sociais.

Ademais, ainda se utiliza uma metodologia de cartografias coletivas, que são mapeamentos realizados em conjunto com a comunidade. Essa dinâmica tem a intenção de construir uma caracterização mais humana, de acordo com as demandas de quem vive o espaço, possibilitando a visualização de estratégias que possam construir ações efetivamente transformadoras para a vida dos que lá residem.

Lugar de estudo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso se debruça sobre os territórios populares situados na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba (Figura 05). A cidade está localizada na mesorregião do Agreste Paraibano, a uma distância de aproximadamente 120km de João Pessoa, a capital paraibana. A cidade possui cerca de 400 mil habitantes, rodeada por sua região metropolitana que reúne outros 19 municípios, sendo assim um pólo de atração local. O município possui registros de problemas relacionados ao deficit habitacional desde a década de 1960.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Estrutura do trabalho

O presente trabalho está estruturado em três partes: “Lacunas da visibilidade: referencial teórico”, “Formas de evidenciar: um ensaio” e “Traçado Vivo:

identificação dos territórios populares e estudo de caso". A primeira parte compreende o aporte teórico, analisando e comparando os territórios populares preexistentes, a fim de compreender as suas lacunas metodológicas. Em "Formas de evidenciar", trata-se da metodologia utilizada para identificar e caracterizar os territórios populares. Por fim, "Traçado Vivo" demonstra como seria a aplicação da metodologia com o território popular Tambor, a partir da colaboração do Clube de Mães Anita Cabral.

Lacunas da visibilidade

Referencial teórico

Os territórios populares são diariamente vivenciados pela sua população residente, sendo assim, pra quem esses lugares são invisíveis? Observa-se, muito comumente, esses espaços vazios em cartogramas governamentais, além da ausência de um endereço oficial. Segundo Zárata (2019) essa situação de ausência de endereços coloca os residentes dessas áreas em um estado de vulnerabilidade, sendo um constrangimento durante a busca de outros direitos, como o cadastro a uma vaga de emprego, a matrícula dos filhos na escola, a admissão no sistema de saúde, o cadastro como eleitor, entre outros. Assim, a invisibilidade territorial dos cidadãos que vivem em determinados bairros é uma situação que muitas vezes resulta na estigmatização do ser e sua exclusão social.

Mesmo quando os registros dos endereços existem, muitas vezes os territórios populares permanecem não identificados, causando a exclusão desses espaços dos planos que envolvem a solução do déficit habitacional. Ademais, os territórios populares estão constantemente em transformação, podendo se expandir e adensar ao longo dos anos, além das dinâmicas desiguais de produção do espaço capitalista que geram novas comunidades.

Para retirar os territórios populares do lugar de invisibilidade, é necessário entender quais territórios já foram identificados, quais os critérios utilizados para essa identificação e o que pode ter causado a falta de identificação dos territórios que permanecem invisibilizados/excluídos. Para isso foi realizada uma revisão dos levantamentos preexistentes de territórios populares em Campina Grande, a partir das referências e cartogramas oficiais. Os cartogramas que serão apresentadas são: (i) Aglomerados Subnormais (IBGE, 2019); (ii) Assentamentos Precários no Brasil Urbano (CEM/Cebrap, 2007); (iii) Zonas Especiais de Interesse Social (Campina Grande, 2009); (iv) Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa (CPRM, 2013).

1.1 Os Aglomerados Subnormais

Os Aglomerados Subnormais estão presentes no levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e são definidos como:

“uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação [...] conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros.” (IBGE, 2010. n.p.)

Os Aglomerados Subnormais são identificados a partir dos Setores Censitários, que são as menores porções territoriais de agrupamento de informações recolhidas pelo IBGE. Essas porções variam de tamanho, tanto em relação à área territorial, quanto em quantidade de habitações. Assim os aglomerados subnormais variam de 14 a 25742 domicílios, de acordo com sua inserção (IBGE, 2019).

O último levantamento de Aglomerados Subnormais foi divulgado em 2019, como uma antecipação de resultados do Censo Demográfico de 2020, realizada na intenção de fornecer informações que auxiliassem no enfrentamento da pandemia do Coronavírus (Sars CoV-2). No estudo foram identificados 22 Aglomerados Subnormais na cidade de Campina Grande (Cartograma 01), sendo esses: Acácio Figueiredo, Araxá, Broto Motel, Catingueira, Centenário, CSU, Estação Velha, Jardim Continental, Linha Férrea, Malvinas, Nova Brasília, Pedregal, Porteira de Pedra, Priquito, Ramadinha II, Riacho Bodocongó, Serrotão, Tambor, Tambor 1/ Rua do Juá, Tambor 2 /Assis Chateubriand, Três Irmãos e Vila Teimosa. Os Aglomerados Subnormais de Campina Grande abrangem 8.476 domicílios, correspondendo a aproximadamente 8% da população da cidade.

Cartograma 01: Aglomerados Subnormais de 2019



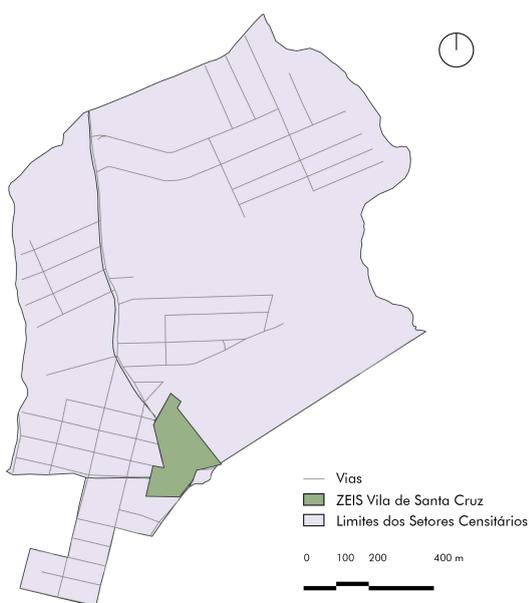
Fonte: Elaborado pela Autora
Base dos mapas: PMCG, 2010 e IBGE, 2019.

O levantamento realizado pelo IBGE pode auxiliar na identificação de territórios populares, já que utiliza como indicadores: i) presença de ocupação irregular da terra; ii) precariedade de serviços públicos essenciais, como iluminação elétrica domiciliar, abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo regular; iii) urbanização fora dos padrões vigentes, como ausência de calçadas e vias demasiadamente estreitas; iv) restrição de ocupação, por restrições legais, como de áreas ambientalmente protegidas ou contaminadas.

Entretanto, por ser um estudo de dimensão nacional, não abrange todas as particularidades dos territórios populares de cada município. Ademais, os limites dos setores censitários muitas vezes não correspondem aos limites dos territórios populares, podendo alcançar grandes extensões territoriais, assim agrupando

conjuntos habitacionais socialmente e fisicamente distintos. Dessa forma, pode acontecer de, ora o território popular ocupar uma parcela reduzida do setor não sendo identificados pelo estudo, ora excederem os setores censitários, fazendo com que o levantamento seja subdimensionado ou superdimensionado.

Cartograma 02: ZEIS não reconhecida como Aglomerado Subnormal



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: PMCG, 2010 e IBGE, 2019.

Cartograma 03: ZEIS que excede o perímetro do Aglomerado Subnormal



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: PMCG, 2010 e IBGE, 2019

Acima são apresentados dois exemplos de limitações da metodologia utilizada pelo IBGE. O Cartograma 02 apresenta um território popular identificado como Vila de Santa Cruz a partir do levantamento de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que não foi indicado pelo IBGE como Aglomerado Subnormal. Isso ocorre pela localização do território estar no limite entre três Setores Censitários e, por fim, não ter presença territorial em nenhum deles para os classificar como Aglomerados Subnormais. Já o Cartograma 03 apresenta a Ramadinha, que é identificada tanto como Aglomerado Subnormal quanto como ZEIS, entretanto existe um subdimensionamento no perímetro do IBGE, já que o perímetro da ZEIS excede os limites do aglomerado.

Dessa forma nota-se que existe uma lacuna de informações relacionadas a identificação de territórios populares que: i) possuem poucas habitações e estão localizados em grandes setores censitários; ii) estão contidos em dois ou mais setores

censitários. Ademais, ainda existe a necessidade de uma delimitação mais precisa dos perímetros desses territórios.

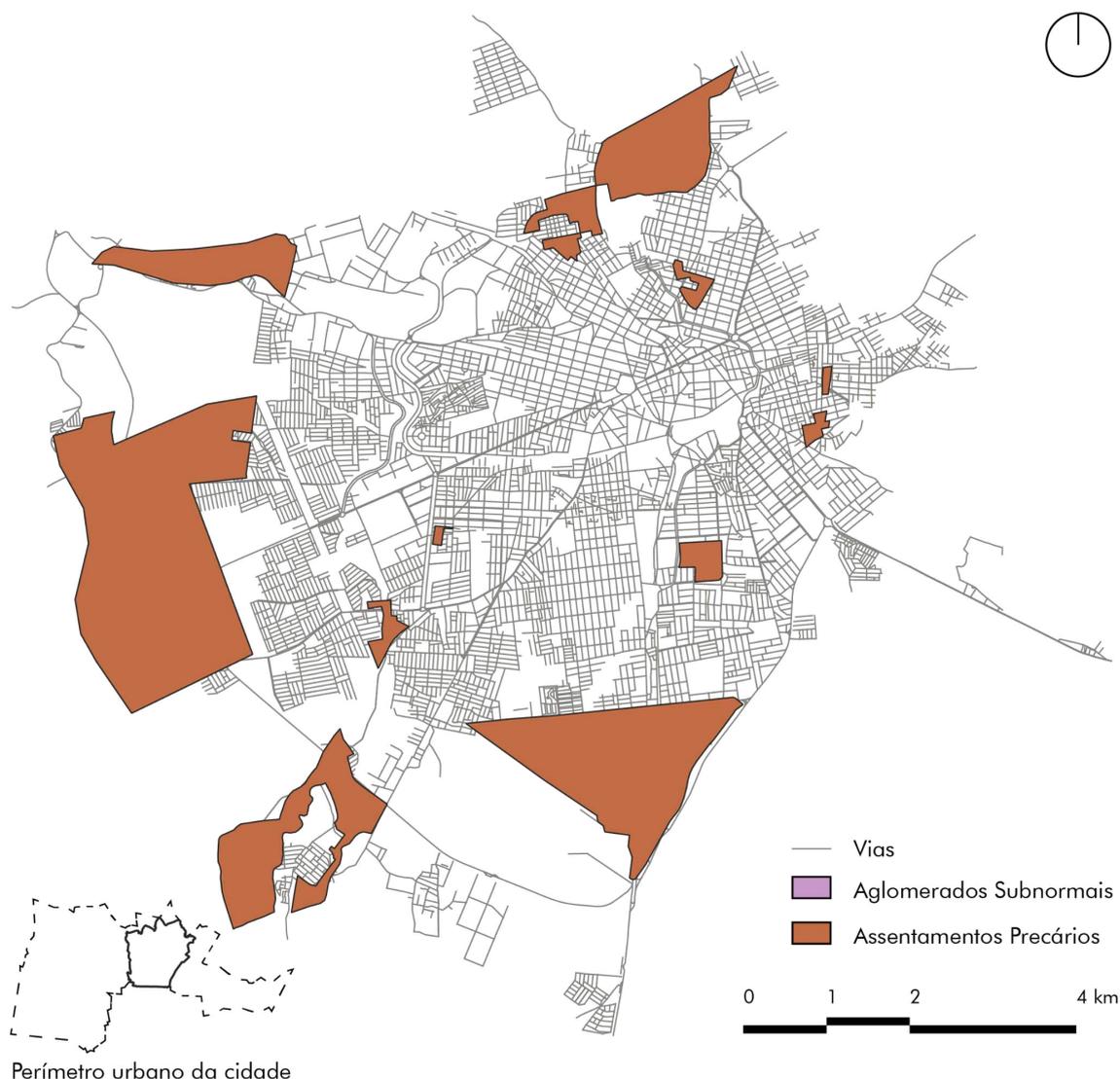
1.2 Os Assentamentos Precários

Em 2007 foi realizada uma revisão do levantamento sobre Aglomerados Subnormais de 2000 pelo Centro de Estudos das Metrôpoles/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cem/Cebrap). A pesquisa "Assentamentos Precários do Brasil Urbano" fez um resgate dos Setores Censitários que possuíam características similares aos Aglomerados Subnormais de acordo com a habitação e infraestrutura, renda e escolaridade do responsável pelo domicílio e aspectos demográficos.

Este estudo procurou demonstrar que existiam setores censitários que apresentavam as mesmas condições de precariedade que os aglomerados subnormais. Então foram selecionados alguns indicadores e a partir deles foi construído um perfil de precariedade correspondente aos setores de aglomerados subnormais. Posteriormente buscou-se perfis semelhantes entre os setores censitários normais. Aqueles com perfis semelhantes aos encontrados nos aglomerados subnormais foram denominados de setores precários.

Essas áreas abrangem 24 Setores Censitários, que incluem precariedades não identificadas pelos Aglomerados Subnormais, como loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais precários. Apesar do levantamento ter visualizado territórios populares não levantados no Censo de 2000, ainda usam a base de Setores Censitários do IBGE, assim mantêm as mesmas limitações metodológicas de dimensionamento dos Aglomerados Subnormais, além de não ter sido atualizado para o último Censo de 2010.

Cartograma 04: Assentamentos Precários de 2007.



Fonte: Elaborado pela Autora. Base dos mapas: PMCG, 2010; CEM/Cebrap, 2007; IBGE 2000.

1.3 Zonas Especiais de Interesse Social.

A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) é um instrumento urbanístico previsto pelo Estatuto da Cidade, sendo definida em cada município pelos respectivos Planos Diretores e legislações específicas. Em Campina Grande as ZEIS são determinadas pela Lei nº 4.806, de 23 de setembro de 2009, e descrita pela mesma como

“áreas públicas e particulares ocupadas por assentamentos populares de população de baixa renda na Macrozona Urbana, podendo o Poder Público promover a regularização fundiária e urbanística, com implantação de equipamentos públicos, inclusive

de recreação de lazer, comércio e serviços de caráter local” (CAMPINA GRANDE, 2009).

A lei que regulamenta as Zonas Especiais de Interesse Social de Campina Grande também reconhece 17 territórios como ZEIS, sendo eles: ZEIS Califon/Estação Velha; ZEIS Catingueira/Riacho do Bodocongó – Bairro das Cidades; ZEIS Invasão da Macaíba /Novo Horizonte; ZEIS Invasão de Santa Cruz; ZEIS Invasão do Alto Branco; ZEIS Invasão do Pelourinho; ZEIS Invasão do Verdejante; ZEIS Invasão dos Brotos; ZEIS Três Irmãs; ZEIS Vila de Santa Cruz; ZEIS Novo Cruzeiro; ZEIS Catolé de Zé Ferreira; ZEIS Jardim Europa; ZEIS Invasão Ramadinha II; ZEIS Pedregal; ZEIS Jeremias; ZEIS Nossa Senhora Aparecida; ZEIS Invasão Comunidade Beira Rio no Dinamerica III; ZEIS Invasão Jardim Tavares.

Cartograma 05: Zonas Especiais de Interesse Social



Fonte: Elaborado pela Autora
Base dos mapas: PMCG, 2010.

A identificação das ZEIS foi realizada com base no resultado de uma consultoria executada pela Sintaxe Consultoria Projetos e Obras do Recife em parceria com a Prefeitura de Campina Grande. Em 2006 foram identificados, no estudo preliminar, 38 territórios populares na cidade, considerando 12 assentamentos passíveis de se tornarem ZEIS. Os critérios, citados no documento “Delimitação das ZEIS de Campina Grande”, que impossibilitaram a inclusão dos demais 27 assentamentos foram: i) ausência de riscos naturais da ocupação; ii) ser uma área que, de acordo com o planejamento da cidade, fosse destinada a ampliação ou instalação de infra-estrutura; iii) tivesse imóveis vazios ou inutilizados; iv) não fosse destinada a proteção permanente; v) possuisse o número de habitações igual ou superior a 50; vi) tivesse precariedade de infra-estrutura urbana e/ou de suas habitações; vii) tenha o uso predominantemente habitacional; viii) falta de informações sobre o território.

Entre o estudo preliminar e a aplicação da legislação existiram algumas alterações, sendo elas: i) dois territórios (Louzeiro e Bodocongó) que foram considerados passíveis de se tornarem ZEIS pelo estudo da Sintaxe Consultoria, mas não foram contempladas pela legislação; ii) quatro assentamentos (Pedregal, Jeremias, Ramadinha e Jardim Europa) que não foram considerados passíveis de se tornarem ZEIS pelo estudo da Sintaxe Consultoria, mas foram contempladas pela legislação; iii) três assentamentos (Nossa Senhora Aparecida, Novo Cruzeiro, Catolé do Zé Ferreira) que não apareceram no estudo preliminar e foram contemplados pela legislação.

Compreende-se, pelo próprio conceito acima apresentado, que para uma área se tornar ZEIS, ela deve ser passível de urbanização, justificando assim a maioria dos critérios de exclusão anteriormente citados. Entretanto a ZEIS, até o presente momento, é o único instrumento de proteção de assentamentos populares na cidade. Com a inexistência de um instrumento que dê visibilidade aos assentamentos não urbanizáveis, os moradores desses territórios permanecem com os seus direitos ameaçados ou impedidos.

Assim, chama-se atenção para os territórios que constam do levantamento preliminar, mas não se tornaram ZEIS, na intenção de compreender a posição deles quanto ao seu reconhecimento através de outros levantamentos. No quadro a seguir (Quadro 01) são listados os territórios populares que não foram contemplados pela Lei de ZEIS, a razão de não terem sido abrangidos, as suas localizações, além da

indicação da existência de outros levantamentos que dão visibilidade para as suas identificações.

Quadro 01: Informações sobre assentamentos populares levantados pela Sintaxe Consultoria que não se tornaram ZEIS

Assentamento	Localização e delimitação	Fator de visibilidade	Motivo de exclusão
Araxá	APP da linha férrea	Aglomerado Subnormal	Área não destinada à ampliação ou instalação de infra-estrutura pública
Beco do Priquito	Limite sul da Estação Nova	Não há	Uso predominantemente habitacional
Bodocongó	Às margens do Riacho de Bodocongó	Aglomerado Subnormal	Não especificado
CAIC	Desconhecido	Não há	Falta de informações sobre o território
Distrito dos Mecânicos	APP canal	Área de risco	Número igual ou superior ao de 50 habitações
Favela da Cachoeira	Conjunto Habitacional Glória - Sem delimitação	Não há	Existência de imóveis vazios, inutilizados ou subutilizados
Favela da Lama	Desconhecido	Não há	Precariedade de infra-estrutura urbana e/ou de suas habitações
Favela do Vulcão	Desconhecido	Não há	Precariedade de infra-estrutura urbana e/ou de suas habitações
Invasão da BR-230	Desconhecido	Não há	Uso predominantemente habitacional
Invasão das Malvinas	Norte do bairro Malvinas	Aglomerado Subnormal	Localiza-se em área não destinada a proteção permanente
Invasão do CSU	Norte do bairro José Pinheiro	Aglomerado Subnormal	Precariedade de infra-estrutura urbana e/ou de suas habitações
Invasão do Tambor	Bairro Tambor	Aglomerado Subnormal	Precariedade de infra-estrutura urbana e/ou de suas habitações
Jardim Borborema	Desconhecido	Não há	Falta de informações sobre o território
Jardim Continental	Sul do bairro Jardim Continental	Aglomerado Subnormal	Área em que a ocupação não representa riscos
Jardim Menezes	Desconhecido	Não há	Área em que a ocupação não representa riscos
Jardim Palmeira	Desconhecido	Não há	Área em que a ocupação não representa riscos

Assentamento	Localização e delimitação	Fator de visibilidade	Motivo de exclusão
Lixão	Mutirão	Não há	Uso predominantemente habitacional
Louzeiro	Desconhecido	Não há	Não especificado
Morro do Urubu	Desconhecido	Não há	Uso predominantemente habitacional
Oficinas Mecânicas	Porção do Distrito Industrial	Assentamento Precário	Uso predominantemente habitacional
Riacho da FAP	Margem do riacho	Não há	Existência de imóveis vazios, inutilizados ou subutilizados
Rosa Mística	APP do Canal das Piabas	Área de risco	Área em que a ocupação não representa riscos
Vila dos Teimosos	APP do Açude de Bodocongó	Aglomerado Subnormal e Área de Risco	Localiza-se em área não destinada a proteção permanente

Legenda:

Assentamentos localizados e não delimitados

Assentamentos não localizados e não delimitados

Fonte: Elaborada pela Autora.

Base de dados: Sintaxe Consultoria Projetos e Obras do Recife, 2006; Prefeitura Municipal, 2009; IBGE, 2019; CPRM, 2013.

Dos 23 assentamentos listados, doze não estão presentes em nenhum dos outros levantamentos governamentais analisados neste capítulo. Isso demonstra como ainda existem territórios populares invisibilizados, que necessitam de um estudo mais criterioso e aprofundado sobre suas condições e demandas.

1.4 Áreas de Risco

Áreas de Risco foi o nome dado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) aos lugares de risco alto em função da ocupação, geralmente no leito do rio e em sua planície de inundação, sujeitos a fenômenos naturais que surgem em eventos de chuvas excepcionais, como enchentes e enxurradas, que causam problemas diversos para as moradias. O levantamento "Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa" foi realizado em parceria com a Defesa Civil como uma ação emergencial, em 2013, com a finalidade de mapear, descrever e classificar esses espaços.

Foram identificadas onze áreas de risco, localizadas em: i) Açude Bodocongó; ii) Av. Eduardo Magalhães; iii) Ponta do Cruzeiro; iv) Rua Tianguá; v) Bairro Três Irmãs; Rua Adauto Travassos de Moura; vi) Bairro Louseiro; vii) Rua Gen. Newton Estilac Leal; viii) Rua Gen. Newton Estilac Leal; ix) Distrito dos Mecânicos; x) Rua Honório Cabral da Silva; xi) Travessa Cecília Nunes de Oliveira (Cartograma 06). Essas áreas demandam ações de diferentes escalas, como de educação ambiental (palestras visando uma conscientização ambiental para o não despejar lixo nos rios), até a remoção das casas mais vulneráveis.

Cartograma 06: Áreas de Risco



Fonte: Elaborado pela Autora

Base dos mapas: PMCG, 2010 e Defesa Civil, 2013.

Importante ressaltar que nem todas as Áreas de Risco são territórios populares, alguns lugares mapeados se encontram vazios ou até mesmo possuem a presença de moradias sem outros critérios de precariedade. Contudo este mapeamento é

considerado como indicativo, já que muitas vezes a população de baixa renda encontra nesses espaços uma possibilidade de consolidar suas moradias, uma vez que não são áreas de interesse do mercado imobiliário formal.

Além das Áreas de Risco do cartograma acima, que são de alto e muito alto risco, ainda existem outras áreas de diferentes níveis de risco, que não foram catalogadas pelo estudo da CPRM. A Defesa Civil de Campina Grande informou o nome de algumas das áreas que atualmente são alvo de análise, assim possibilitando a atualização parcial do levantamento. Foram identificados dez territórios que ainda não estão oficialmente reconhecidos como áreas de risco (Cartograma 07). Para tanto, seria necessária a consolidação dos levantamentos dos tipos de risco e da população vulnerável. São eles: : i) Favela da Cachoeira; ii) Antigo lixão de Campina Grande; iii) Setor Leste do Distrito dos Mecânicos; iv) Parte do Novo Horizonte; v) Rua Vitória e rua Tranquilino Coelho Lemos; vi) Rua São Geraldo (Pedregal); vii) Rua Manoel Lopes de Figueiredo e adjacências.(Catingueira); viii) Rua Juvino Nepomuceno (Catingueira); ix) Invasão próxima ao galpão da SESUMA; x) Invasão próxima ao canal do Jardim Paulistano.

Cartograma 07: Áreas de Risco não catalogadas oficialmente.



Fonte: LIMA, 2021, modificada pela Autora.

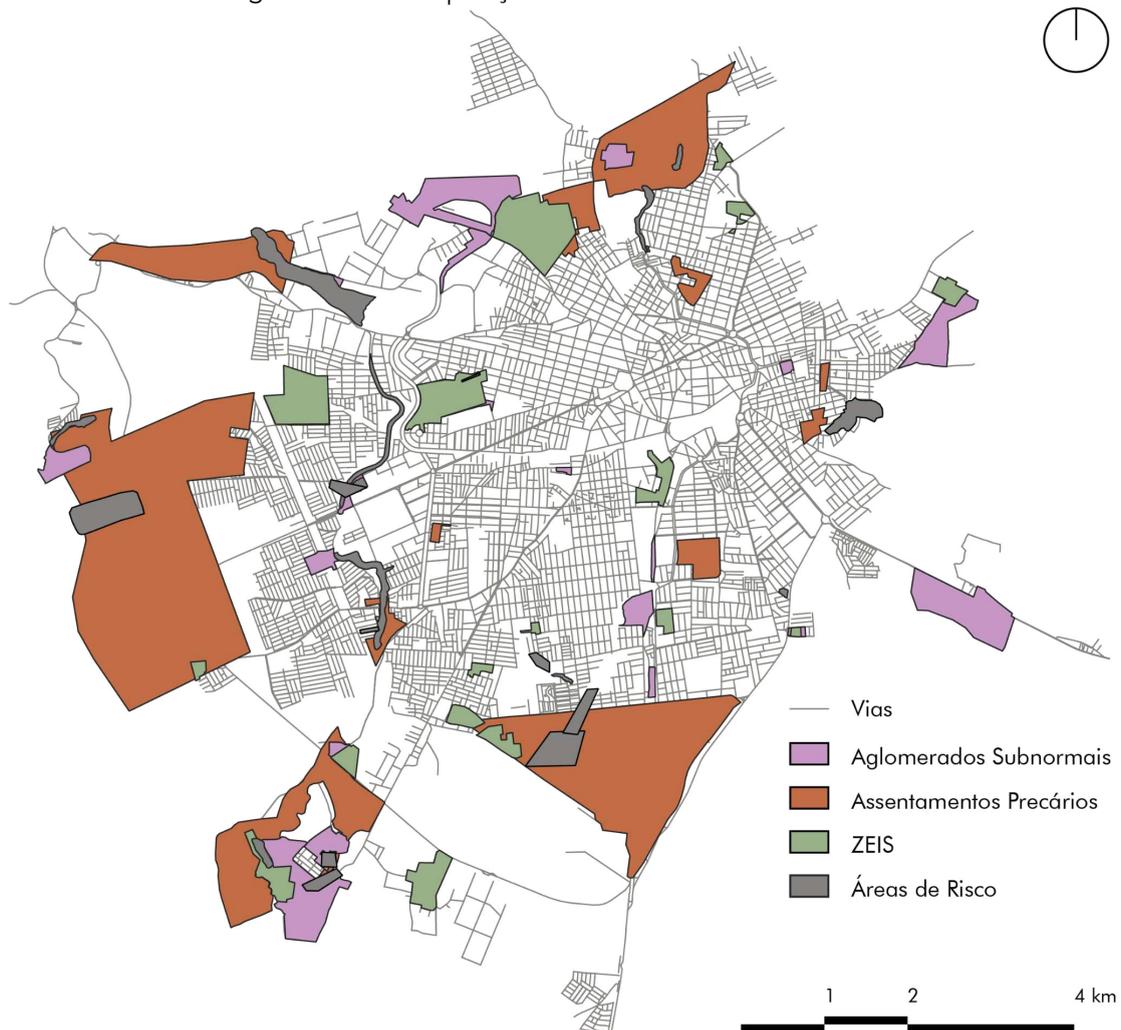
Base dos mapas: Elaborado por Tiago Victor Vaz de Araújo, com base nos dados fornecidos pela Defesa Civil 2021

1.5 A sobreposição das Camadas de Informações e a delimitação do Universos dos Territórios Populares

A possibilidade de utilização da geoinformação possibilita a sobreposição das diferentes fontes de levantamentos. Este procedimento proporciona a identificação de um universo significativo de territórios populares. Contudo, alguns territórios populares continuam invisibilizados, principalmente os levantamentos de menor proporção e os que estão posicionados fora da área urbana da cidade.

Assim, ao elaborar o cartograma da sobreposição dos levantamentos acima descritos (Cartograma 08), percebe-se que ainda não é possível identificar o universo dos territórios populares de Campina Grande. Isso acontece em função do conjunto de constrangimentos metodológicos que impossibilitam a leitura de unidades espaciais, como já mencionado anteriormente. É importante ressaltar que cada uma das metodologias descritas, têm objetivos específicos, quase sempre distintos dos objetivos desta pesquisa. Também há limitações metodológicas e quase sempre há falta de atualização dos dados.

Cartograma 08: Sobreposição dos Levantamentos Preexistentes



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: Campina Grande, 2009; CPRM, 2013 e 2021; IBGE, 2019; CEM/Cebrap, 2007; PMCG, 2010.

Em função do que foi exposto, a seguinte parte do trabalho busca outras metodologias para identificação e caracterização de territórios populares, até então invisibilizados pelos cartogramas oficiais citados.

Formas de evidenciar

Um ensaio

O processo de evidenciar a presença dos territórios populares considerou duas dimensões: o caráter político das entidades de bairro e a compreensão de características socioespaciais dos territórios identificados. Dessa forma preocupa-se tanto com aspectos quantitativos, mas também com aqueles que não podem ser metrificados, focando no entendimento das relações sociais.

A metodologia utilizada para a compreensão desses aspectos foi baseada na sobreposição de cartogramas utilizada na pesquisa sobre Núcleos Urbanos Informais (NUI's) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e nas cartografias coletivas do grupo de pesquisa Interdisciplinar, sediado na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Antes da apresentação das etapas metodológicas realizadas na presente pesquisa, faz-se necessário uma breve introdução da metodologia desenvolvida pelo IPEA e pelo grupo Interdisciplinar.

2.1 Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil | IPEA

O termo “Núcleos Urbanos Informais” foi estabelecido inicialmente pelo Estatuto da Cidades e mais tarde desenvolvido pela Lei 13.465/2017, que trata sobre a regularização fundiária. Na legislação é definido como:

“aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização”. (BRASIL, 2017, Art. 11, inciso III).

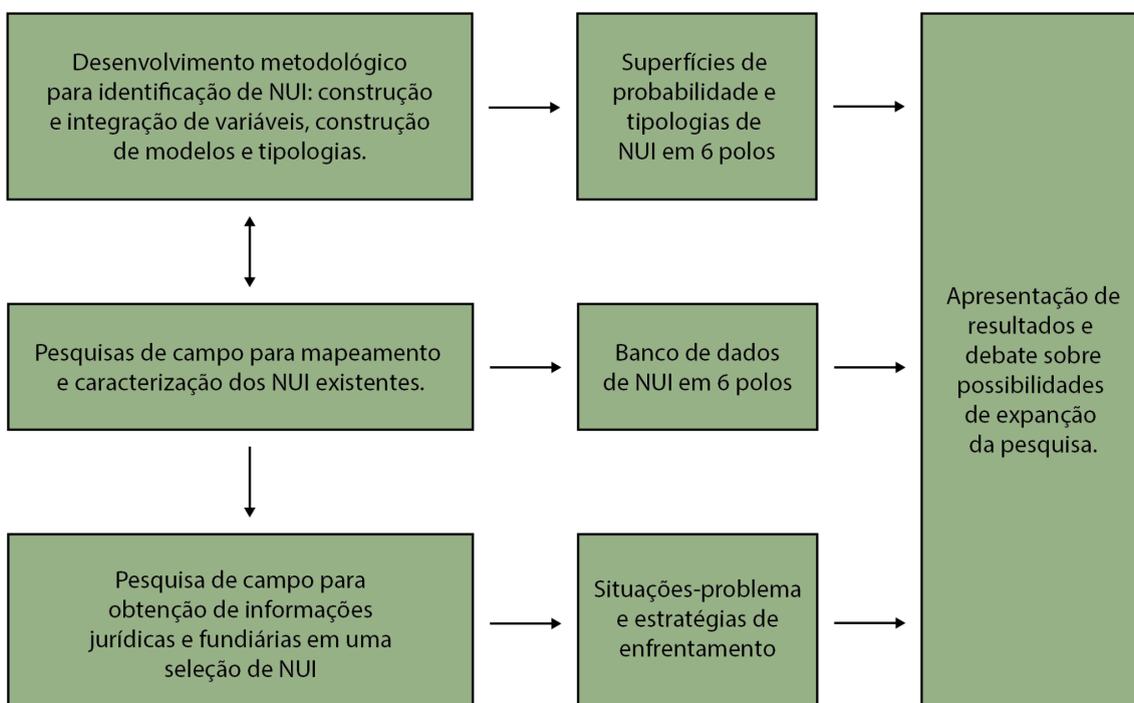
O conceito é usado para descrever áreas passíveis da utilização do instrumento de usucapião, para fins de regularização fundiária e é adotado na “Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil”. O estudo é realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir de uma demanda do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o qual é executor da política de regularização fundiária urbana no governo federal.

A pesquisa sobre NUI's tem como objetivo: i) realizar um estudo dos aspectos jurídicos e fundiários de núcleos urbanos informais de diferentes tipologias físicas e territoriais, que representam algumas das diferentes situações encontradas nos pólos

e nas diferentes regiões do Brasil; ii) realizar uma caracterização das situações jurídicas e fundiárias dos núcleos urbanos informais pesquisados; iii) apresentar diretrizes e estratégias para aprimoramento e formulação de programas de regularização fundiária (nível federal e municipal), que considere a diversidade de situações encontradas; iv) formular recomendações para aperfeiçoamento da ação federal em regularização fundiária (XIX... , 2022).

Para alcançar tais objetivos a pesquisa seguiu um fluxo de atividades (Figura 06) que se inicia com o desenvolvimento de uma metodologia, baseada no uso e integração de dados de fontes diversas, para auxiliar na identificação de NUI's. A metodologia desenvolvida busca identificar NUI's no território nacional a partir de dados espaciais provenientes de fontes de natureza diversas, utilizando uma malha celular para a integração de dados distintos em uma mesma unidade espacial de análise (de dimensões 100m por 100m). Assim, a partir da sobreposição de informações, é gerada uma superfície contínua de probabilidade, onde não existe um resultado dicotômico, mas sim indicações de lugares com alta ou baixa probabilidade da presença de NUI (XIX... , 2022).

Figura 06: Fluxo de Atividades da Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil.



Fonte: Elaborado pela Autora.
Base de informações: (XIX... , 2022).

Para a construção de integração de variáveis foram consideradas as seguintes tipos de informações (Quadro 02):

Quadro 02: Tipos das variáveis usadas pela metodologia NUI.

Tipo	Variável
Forma Urbana	Irregularidade da forma de quadras e bolsões de ocupação, cobertura de vias carroçáveis.
Características Físico-Territoriais	Declividade e curvatura do terreno, áreas com restrições à ocupação (APP, unidades de conservação, faixas de servidão de linhas de alta tensão e dutovias).
Características Sociodemográficas	Densidade, renda, trabalho, educação, ciclo de vida da população.
Características das Edificações, entorno e Infraestrutura	Quantidade de banheiros, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, energia elétrica, iluminação pública, pavimentação, arborização, etc.

Fonte: Elaborado pela Autora.

Base de informações: (XIX... , 2022).

A partir de uma análise dos parâmetros construídos, optou-se pela utilização dos seguintes dados: i) Censo Demográfico 2010: resultados do universo agregados em setores censitários e dados da amostra agregados por Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH) (Ipea, 2015); ii) Aglomerados Subnormais 2019 (IBGE, 2020); iii) Modelos Digitais de Terreno da Shuttle Radar Topography Mission (SRTM): informações de declividade e curvatura do terreno (NASA, 2010); iv) Logradouros extraídos da plataforma OpenStreetMap: variáveis relacionadas à regularidade da forma de quadras e bolsões de ocupação e distância de vias carroçáveis (OPENSTREETMAPS, 2020); v) dados de hidrografia da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável: proximidade de cursos d'água (FBDS, 2015); vi) Unidades de conservação de proteção integral (MMA, 2020); vii) Faixas de servidão de linhas de alta tensão (ANEEL, 2020); viii) Faixas de servidão de dutos (ANP, 2020); ix) Características dos Domicílios e Famílias (Censo Demográfico; Cadastro Único para Programas Sociais; Atlas do Desenvolvimento Humano; Censo Demográfico) (XIX... , 2022).

A pesquisa em andamento tem intenção de abranger todo o território nacional, utilizando o potencial de dados disponíveis para todo o país. Até o momento ela foi aplicada em 6 polos: Marabá, Juazeiro, Recife, Brasília, Belo

Horizonte e Porto Alegre, com casos que podem ser encontrados em sedes de municípios, distritos ou povoados, favelas e assemelhados, loteamentos irregulares e conjunto habitacional. Os lugares selecionados para a realização dos estudos de casos foram escolhidos de forma que a pesquisa considerasse a diversidade de situações encontradas no país. A pesquisa ainda considera que, a depender da cidade de estudo, os NUI's têm diferentes características, assim podendo apresentar distintas tipologias, com diferentes predominância das variáveis (XIX... , 2022).

O Fluxo de Atividades da Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil (Figura 06) ainda cita a necessidade de pesquisa de campo para o mapeamento e a caracterização dos NUI's existentes. Na presente pesquisa essa etapa é orientada pela metodologia das cartografias coletivas, desenvolvida pelo grupo Interdisciplinar, da UFMG.

2.2 Cartografias Coletivas | Interdisciplinar

O Grupo de Pesquisa Interdisciplinar, sediado na UFMG e integrante da Rede Moradia Assessoria, tem como objetivo o desenvolvimento do debate sobre intervenções urbanas e paisagísticas em territórios populares. A equipe notou que as intervenções incidentes sobre tais áreas surgiam, majoritariamente, de problemas e soluções pré-estabelecidas, sem a participação dos residentes das áreas. Em contrapartida a equipe propõe processos investigativos em conjunto com a comunidade, como um recurso para levantar as potencialidades e as fragilidades locais de uma forma mais democrática e que resulte em intervenções mais efetivas (Natureza Política, 2022).

O grupo Interdisciplinar compreende o processo de cartografar para além do ato de mapear características físico-materiais dos territórios, mas também entende essa atuação como uma ferramenta de intervenção. Dessa forma, o ato de tornar visível os potenciais e as vulnerabilidades dos territórios populares não possui a intenção de apenas produzir um diagnóstico, mas também de construir acordos e estratégias de ações transformadoras (FREITAS et. al., 2021).

A partir desse olhar sobre as cartografias, o Interdisciplinar elaborou cinco dimensões para uniformizar as ações realizadas pelo grupo:

“i) a espacial-territorial, composta pelas cartografias coletivas e pelas ferramentas de georreferenciamento e elaboração de mapas colaborativos; ii) a temporal, por meio do levantamento, análise e

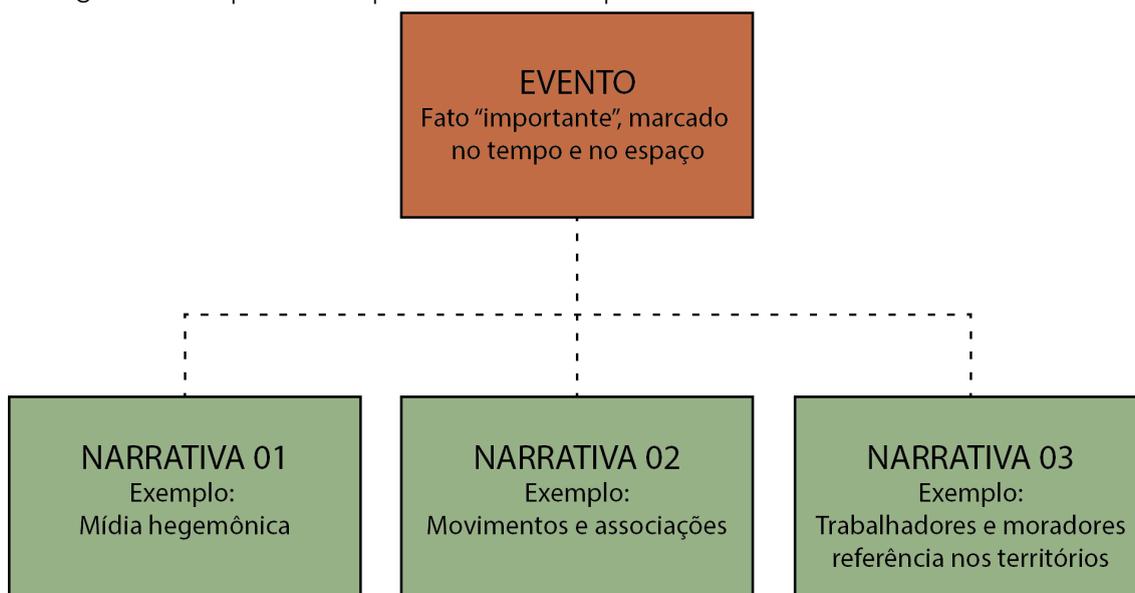
representação da cronologia dos fenômenos investigados; iii) a conceitual-informacional, na qual o referencial teórico-metodológico é produzido de modo compartilhado, processual e em rede; iv) a comunicacional ou de criação de redes, a partir do uso tático das redes sociais e dos canais de comunicação, atuando na instrumentação tecnopolítica dos movimentos sociais via produção de fanpage, blog, cartilhas, documentários e infográficos; e v) a de incidência política e formação, composta por aulas públicas e oficinas de formação popular junto às populações afetadas e movimentos sociais parceiros e, também, pela incidência direta junto aos órgãos de fiscalização, representação e controle". (FREITAS et. al., 2021, pág. 234).

Debruça-se aqui sobre a primeira dimensão, que trata sobre as cartografias coletivas, concebidas através de oficinas realizadas de forma colaborativa, com o auxílio de movimentos sociais que atuam em conjunto com o grupo de pesquisa.

Essa metodologia busca investigar e espacializar complexidades, possibilitando o mapeamento de demandas coletivas. As oficinas são realizadas a partir da premissa de reformulação dos tradicionais papéis de pesquisadores e pesquisados, estabelecendo uma relação de troca de conhecimentos. Durante esse processo é realizada uma ruptura no posicionamento do pesquisador como sujeito detentor do conhecimento e o pesquisado como objeto passivo do estudo, construindo assim uma articulação do conhecimento acadêmico ao saber popular (FREITAS et. al., 2021).

Para a construção das cartografias coletivas, o grupo Interdisciplinar ainda construiu um "método cartográfico, genealógico e em platôs", que considera questionamentos simples sobre um acontecimento: o que? (evento), porque? (narrativa ou configurações), quem? (atores-humanos) e o que? (atores não humanos) (LOPES et. al., 2019). Para a construção do raciocínio aqui necessário, trabalha-se com o evento e questiona-se as narrativas. Sabe-se que existe uma disputa de narrativas sobre os eventos que giram em torno dos territórios populares. Essa disputa pode ocorrer entre a mídia hegemônica, a mídia dos movimentos e associações, os trabalhadores, lideranças dos territórios populares, entre outros. Essa disputa de narrativas surge a partir das questões de fato e as questões de interesse, onde muitas vezes o interesse da mídia hegemônica é colocar os territórios populares em um lugar de anomalia e o interesse dos grupos que compõem a comunidade é de serem reconhecidos como integrantes da cidade e terem seus direitos garantidos (Figura 07).

Figuras 07: Disputa entre questões de fato e questões de interesse: evento + narrativa.



Narrativas: Figurações (forma como um evento é narrado)

Fonte: Elaborado pela Autora.

Base de informações: Grupo Indisciplinar, 2019. Disponível em <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/metodo/>>. Acesso em: 07 de agosto de 2022

Ainda é importante destacar que, mesmo dentro de uma mesma comunidade, existem narrativas distintas, que variam de acordo com os lugares de fala dos indivíduos. Como exemplo, pode-se citar as narrativas femininas sobre a cidade e sobre a luta por moradia, que se configuram a partir da forma que elas vivenciam os lugares, possuindo interferência das violências de gênero propagadas nos espaços públicos e privados.

Considerando esse recorte o Interdisciplinar construiu parcerias com movimentos feministas, promovendo o debate sobre cartografias e intervenções urbanas em territórios populares. Foram realizadas atividades com o movimento feminista Olga Benário e as integrantes da Casa Tina Martins (casa de referência para a mulher em situação de violência). Durante a interação foram levantadas pautas sobre feminismo e luta por moradia, além de realizar um mapeamento colaborativo das demandas espaciais do coletivo, pensando em um projeto arquitetônico participativo, seguido de um mutirão para o desenvolvimento da proposta. Posteriormente ainda ocorreu uma parceria com as mulheres da ocupação Rosa Leão, em Izidora⁴, na qual foram relatadas as experiências de luta pelo território,

⁴Trabalho vinculado à pesquisa "Feminismo negro e produção do espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial" da mestranda do NPGAU-UFMG Natália Alves.

protagonizada pelas mulheres. Como resultado das narrativas, foi proposta uma exposição com retratos das mulheres da ocupação, como forma de expor uma contra-narrativa à visão do senso comum sobre as mulheres das ocupações como a “mulher invasora” (FREITAS et. al., 2021).

Cita-se tal aproximação com debates sobre os papéis de gênero pelo grupo Interdisciplinar devido a sua influência em algumas adaptações das metodologias bases para a utilizada no atual trabalho. Essas considerações foram, inclusive, impulsionadoras da escolha pelos Clubes de Mães, como representação das entidades de bairro, que poderiam apoiar a identificação de territórios populares neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Dessa forma, além da explicação das metodologias nas quais o presente estudo se apoia, ainda se faz necessária uma explanação sobre os Clubes de Mães e como o recorte de gênero intrínseco a ele é importante para a narrativa dessa pesquisa.

2.3 Os Clubes de Mães

A escolha de trabalhar a partir e em conjunto com os Clubes de Mães (CM's) se deu a partir da disponibilidade de acesso às informações sobre as unidades ativas na cidade, contendo uma lista dos CM's, seus nomes, os bairros onde estão situados, seus endereços, os nomes das respectivas presidentes e o número de telefone para contato. Também foi considerado o número expressivo de sedes existentes, contando com um total de 49 unidades - que em 2006 já somavam 4.596 associadas⁵ -, demonstrando potencial de identificar um número expressivo dos territórios populares da cidade. Ademais, ainda foi considerada a discussão sobre recorte de gênero levantada pelo grupo Interdisciplinar, compreendendo que o ato de “olhar para a cidade” a partir do ponto de vista feminino.

Assim, destaca-se a importância do planejamento da cidade a partir de uma abordagem de gênero, uma vez que as demandas públicas são de interesses múltiplos. Para atender às diversas demandas da cidade, é essencial a inclusão de grupos historicamente excluídos, recebendo em destaque na presente pesquisa os

⁵ (OLIVEIRA, 2008, p.18).

coletivos de mulheres. Esse processo também é tido como um desafio metodológico (SANTORO, 2019, n.p.).

Dessa forma, faz-se necessária uma introdução sobre os Clubes de Mães e a questão de gênero intrínseca à essa entidade de bairro, e como elas se apresentam nesse contexto, a fim de compreender a inserção desse recorte na metodologia utilizada.

As entidades de bairro aparecem na metodologia do trabalho em dois momentos, tanto como principal variável de identificação de territórios populares, a partir dos endereços das associadas aos Clubes de Mães, como comunidade potencial para a caracterização dos territórios, a partir de Cartografias Coletivas.

A identificação de territórios populares, a partir das informações fornecidas pelas entidades dos Clubes de Mães, dá-se a partir do seu potencial participativo nas práticas de gestão e de planejamento urbano em Campina Grande. Segundo Saraiva (2016), as representações de bairro podem ser definidas como

“espaços políticos de ativismo e representação dos bairros e/ou das comunidades em escala intraurbana, que atuam na busca de soluções e melhorias para a população residente, bem como canal de diálogo entre os moradores e o poder público municipal mediante os problemas que o bairro possa ter e suas respectivas limitações na chamada luta institucional” (SARAIVA, 2016. Pag. 120).

Saraiva ainda se refere às representações de bairro como “entidades político-espaciais de interesses e reivindicações dos moradores” e uma forma de ativismo social “que constitui resistência aos poderes institucionalizados e legitimados” (SARAIVA, 2016. Pag. 18). A partir desses conceitos compreende-se o caráter político e social das entidades de bairro, as quais são agentes com capacidade de mobilização social da população local para promover uma gestão comunitária.

Em Campina Grande as entidades de bairro se fazem presentes na cidade principalmente a partir de Sociedades de Amigos do Bairro (SAB's), Clubes de Mães, Associações de Moradores, Sociedades Pró-melhoramentos e lideranças comunitárias. Como já dito, para o presente trabalho, construiu-se uma relação de troca com os Clubes de Mães, para a produção de um diagnóstico das áreas estudadas.

No Brasil, os Clubes de Mães surgiram por volta de 1952, em um projeto da Legião Brasileira de Assistência – LBA, em conjunto com órgãos intergovernamentais.

A iniciativa objetivou atender mulheres que pertencem majoritariamente a camadas populares, promovendo práticas de orientação às famílias (RODRIGUES, 2018)

Por sua vez, em Campina Grande, os Clubes de Mães foram criados a partir de 1963, se fazendo presente inicialmente em bairros da área urbana da cidade, principalmente em áreas de concentração de famílias de baixa renda (SARAIVA, 2016). O surgimento dos Clubes de Mães na cidade teve colaboração de atores externos, como a Faculdade de Serviço Social da Universidade Regional do Nordeste (URNE), atual Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e a Igreja Católica, representada principalmente pela figura de Ângela Beleza - coordenadora da faculdade e freira da Ordem Vicentina.

A partir da expansão dos CM's, em 1969, surge a Coordenação dos Clubes de Mães, organizando os CM's, que segundo seu estatuto interno é "uma sociedade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter social, regido por estatuto e regimento interno". A Coordenação surge como uma forma de organizar e unificar os Clubes de Mães, que funcionavam de forma independente e desconexa pela cidade. Para isso, a coordenação instruiu as diretorias dos CM's sobre a elaboração de atas, ofícios, preparação de processo eleitoral, entre outros, além de incentivar atividades como o desenvolvimento de cursos e trabalhos, como o artesanato (SARAIVA, 2016).

A coordenação também construiu o Estatuto e regimento interno, o qual define seus objetivos, entre os quais se encontram: i) contribuir para melhoria das condições de vida de comunidade; ii) servir de instrumento de luta em defesa da comunidade, contra toda e qualquer forma de exploração política, econômica e social; iii) tratar da questão específica da mulher, com a formação de uma comissão que apresentará sugestões baseadas em instrumentos legais, a fim de garantir sua dignidade e igualdade social; iv) trabalhar em comum acordo com as orientações emanadas da coordenação dos Clubes de Mães; v) intercambiar com instituições.

Para cumprir com tais objetivos os CM's realizam diversas atividades, de diferentes dimensões. Entre essas estão as reuniões mensais, atividades autônomas e diversificadas, de acordo com o funcionamento de cada clube, e de aprendizagem, profissionalizante e de arrecadação de renda.

A reunião configura atividade comum em todos os clubes, sendo um momento de sociabilidade, interação, espaço lúdico de associação de singular importância. As reuniões seguem um roteiro, sendo composto por: abertura realizada com uma

oração, leitura da ata da reunião anterior para a aprovação da assembleia e exposição das pautas para a atual reunião, aberta para inserção de novos tópicos. Podem compor a pauta questões relacionadas ao funcionamento do clube, atividades a serem implementadas e balanço das que foram concluídas, programação de festas em datas comemorativas e, destaca-se para o presente trabalho, problemas da comunidade (como falta de saneamento, ausência de infraestrutura básica, deficiência no transporte público, demanda por equipamentos de educação) (SARAIVA, 2016).

São também realizadas nos clubes atividades autônomas e diversificadas, de acordo com o funcionamento de cada clube, dessa forma podendo ocorrer a realização de sopão, campanhas de arrecadação (de roupas e alimentos), passeios recreativos, celebração de datas comemorativas (como dia das mães e semana da mulher), etc.

Como atividade central dos CM's, são ofertados cursos profissionalizantes, que oferecem qualificação profissional às sócias e à comunidade, possibilitando a geração de trabalho e renda. Os cursos são oferecidos pelo poder municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e abrangem: corte de cabelo, artesanato, manicure, macramê, computação, entre outros (SARAIVA, 2016). É importante ressaltar que, devido a pandemia do COVID-19, essas atividades ficaram temporariamente suspensas e recentemente retornaram gradativamente a serem oferecidas.

E, por fim, destaca-se as atividades atreladas a ações relativas à atuação política que envolvem o recorte de gênero. Sob a orientação dos CM's, as representantes das unidades participaram do I Encontro de Mulheres do Estado da Paraíba, em 1984, promovido pela Federação Estadual de Mulheres. Também participaram do Congresso de Mulheres em nível nacional, em São Paulo. Ademais, após a Constituição de 1988, a instituição ainda assume o papel de luta pela consolidação de direitos, defendendo a cidadania e as liberdades democráticas. Para isso une forças com entidades de movimentos sindicais, pastorais, partidos políticos e movimentos comunitários, em uma disputa de narrativas em defesa dos direitos das minorias sociais, como índios, negros, mulheres, homossexuais, etc (SARAIVA, 2016). Atualmente a instituição permanece com a preocupação em participar ativamente em eventos que colocam em debate os direitos das mulheres.

Dessa forma os CM's se tornaram espaços onde surgem referências de mulheres que personificam a resistência à desigualdades, impostas socialmente a partir das relações de gênero. Esse processo colabora com o crescimento da autoestima das mulheres envolvidas, que ao se envolver na construção da conquista dos seus direitos, se sentem mais valorizadas (SARAIVA, 2016).

Assim, as mulheres integradas a organizações comunitárias, como as dos Clubes de Mães, se inserem no contexto de uma *cidadania nova*, centrada na ação e na criação de uma identidade para travar a disputa e garantir seus espaços de cidadania, se distanciando assim da posição de passividade, a mercê do que o Estado oferece. (MANZINI-COVRE apud OLIVEIRA, 2006, p. 84).

Nesse contexto, os Clubes de Mães se tornam ferramentas de valorização da mulher através de atividades coletivas, capacitando-as a reivindicar seus direitos junto ao poder público, com o objetivo de alcançar uma melhoria habitacional para a comunidade, como o acesso a equipamentos de educação e saúde (SARAIVA, 2016).

A partir das considerações sobre os Clubes de Mães, reafirma-se a importância das entidades de bairro no processo de identificação de territórios populares, se fazendo presente neste estudo através dos Clubes de Mães, que além do caráter comunitário, trás também uma visão relevante a partir do recorte de gênero citado.

Também considera-se fundamentada a ideia de que a presença de associadas aos Clubes de Mães em uma comunidade é indicativo da ocorrência de territórios populares. Ademais, ainda concebe-se como incontestável o potencial participativo nas práticas de gestão e de planejamento urbano, podendo ser explorada através de Cartografias Coletivas.

2.4 Metodologia utilizada

Apresentadas as metodologias bases para a pesquisa e a principal fonte de dados do estudo, tem-se o aporte necessário para compreender a metodologia utilizada no presente trabalho e as modificações realizadas para a aplicação no contexto exposto.

O presente trabalho possui, como ponto de partida, uma adaptação da metodologia utilizada pelo IPEA, utilizando bases de dados disponíveis para o

município de Campina Grande, e do Interdisciplinar, a partir do contato com os Clubes de Mães. As adaptações realizadas para construir a metodologia do presente trabalho foram realizadas considerando seus diferentes objetivos e suas diferentes abrangências (Quadro 03).

Quadro 03: Comparação entre as metodologias.

	Metodologia NUI	Cartografias Coletivas	Metodologia desenvolvida
Objetivo	Identificar NUI's	Investigar e espacializar complexidades, possibilitando o mapeamento de demandas coletivas	Identificar e caracterizar territórios populares a partir de cartografias técnicas e coletivas
Abrangência dos dados	Brasil	Belo Horizonte	Campina Grande
Tipos de Dados	Dados espaciais	Cartografias Coletivas	Dados espaciais e Cartografias Coletivas
Fonte dos dados	Fontes diversas disponíveis para o Brasil	Comunidade	Fontes diversas disponíveis para Campina Grande e associadas aos Clubes de Mães

Fonte: Elaborado pela Autora

2.4.1 Cartografias Georreferenciadas

Para a atual pesquisa foi adaptado o Quadro do IPEA de variáveis utilizadas (Quadro 02) para a identificação de NUI's, acrescentando-se um tipo de variável, referente às entidades de bairro, além de adaptar as fontes para as informações disponíveis para a cidade (Quadro 04).

Quadro 04: Variáveis utilizadas na metodologia desenvolvida.

Tipo	Variável	Fonte de informações
Senso comunitário	Endereço das associadas dos Clubes de Mães	Clube de Mães

Tipo	Variável	Fonte de informações
Fator de visibilidade dos territórios populares	Levantamentos preexistentes.	ZEIS (PMCG, 2010); Aglomerados Subnormais (IBGE, 2019); Assentamentos Precários (CEM/Cebrap, 2007); Áreas de Risco (CPRM, 2013).
Forma Urbana	Irregularidade da forma de quadras e bolsões de ocupação, cobertura de vias carroçáveis.	Logradouros extraídos da plataforma OpenStreetMap: variáveis relacionadas à regularidade da forma de quadras e bolsões de ocupação e distância de vias carroçáveis (OPENSTREETMAPS, 2020).
Características Físico-Territoriais	Declividade e curvatura do terreno, áreas com restrições à ocupação (APP, unidades de conservação, faixas de servidão de linhas de alta tensão e dutovias).	TSUYUGUCHI, Bárbara Barbosa. Macrodrenagem e ocupação do solo no município de Campina Grande: caracterização, simulação e análises sistêmicas. 100f. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2015. Dados de hidrografia da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável: proximidade de cursos d'água (FBDS, 2015); Dados de hidrografia da Secretaria de Planejamento e Orçamento de Campina Grande: área de preservação permanente (SEPLAN, 2010); Dados sobre linhas férreas da Secretaria de Planejamento e Orçamento de Campina Grande (SEPLAN, 2010).
Características Sociodemográficas	Renda	Censo Demográfico 2010: resultados do universo agregados em setores censitários (IBGE, 2010).
Características das Edificações, entorno e Infraestrutura	Abastecimento de água, esgotamento sanitário,	CAGEPA, 2013.

Fonte: Elaborada pela autora.

Os cartogramas previstos (Quadro 04) foram elaborados a partir do tratamento, da sistematização e da análise de cartogramas georreferenciados, coletados de diversas fontes. O georreferenciamento permite a determinação da posição geográfica de um conjunto de pontos, de linhas e polígonos, assim permitindo a sobreposição dos cartogramas. A partir dessas sobreposições são compreendidas uma série de características do espaço, possibilitando um panorama mais completo do diagnóstico da área.

Territórios populares são espaços onde o direito à moradia digna está ameaçado ou não está garantido em sua plenitude. O limitado acesso aos direitos,

fragilizam diferentes dimensões do morar. As variáveis citadas (Quadro 04) são indicativos dessas limitações e podem ser utilizadas da seguinte forma:

- Densidade dos endereços das associadas dos Clubes de Mães.

A variável é um apontamento da presença de territórios populares, já que os Clubes de Mães geralmente compreendem associadas de baixa renda, que se unem com vários objetivos, entre eles, reivindicar as necessidades da comunidade.

Os dados são coletados a partir de fontes primárias, realizando-se visitas em campo para a coleta dos endereços. As informações reunidas são georreferenciadas a partir do Google Earth e tratadas com a ferramenta de Mapas de Calor do Quantum Gis, gerando um mapa de densidade. Esse mapeamento possibilita uma leitura do comportamento de padrões mantendo o sigilo dos endereços das associadas.

A variável utilizada possui como desafio metodológico a ausência de endereços oficiais, essa limitação causa, como exemplo, a não identificação de ruas sem nome. É importante ponderar, dentro das comunidades, a proporção de endereços identificados, para a compreensão da abrangência real dos dados.

- Levantamentos preexistentes:

Mesmo com limitações metodológicas e ausência de atualização dos dados, os levantamentos preexistentes são fatores de visibilidade dos territórios populares. Como visto no primeiro capítulo, essa visibilidade se dá por diferentes critérios, podendo ser por questões de risco e/ou vulnerabilidade dos moradores.

Esses dados são utilizados apenas como indicadores de visibilidade (no caso dos Aglomerados Subnormais, dos Assentamentos Precários e das Áreas de Risco) ou de proteção (no caso do instrumento ZEIS), com limites a serem revisados em campo.

- Irregularidade da forma de quadras e bolsões de ocupação, cobertura de vias carroçáveis:

Os territórios populares, por serem comumente espaços autoconstruídos, geralmente possuem um traçado mais orgânico. Essa

característica não abrange todos os territórios, uma vez que existem, por exemplo, conjuntos habitacionais degradados, os quais possuem o traçado regular. Entretanto, a informação pode ser considerada um indicativo.

Essa variável ainda considera a presença de becos e vielas, as quais podem ser indicadores da precariedade urbana, como a ausência de água, esgotamento e coleta de lixo.

Os dados tratados para a análise dessa variável são extraídos da plataforma OpenStreetMap, a qual possui uma atualização de dados de maior frequência do que os cartogramas municipais.

- Declividade e curvatura do terreno, áreas com restrições à ocupação (APP, unidades de conservação, faixas de servidão de linhas de alta tensão e dutovias).

Terrenos com declividade acentuada geralmente são preteridos dentro do mercado imobiliário formal, dessa forma as suas ocupações geralmente indicam a presença de bairros autoconstruídos. Quando esses espaços estão associados a corpos d'água, em Áreas de Preservação Permanentes (APP), essa probabilidade aumenta. Outras ocupações em áreas de vulnerabilidade socioambiental também podem ser indicativos da presença de territórios populares, como a proximidade com linhas férreas, com ocorrência de edificações nas faixas *non aedificandi*.

Tem-se como referência para esses cartogramas o Código Florestal, que consta sobre as APP's, e o Parcelamento do Solo, que define margens para linha férrea.

A Lei Federal nº 12.651 de 2012 (Código Florestal) define Área de Preservação Permanentes (APP) como

“área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012, Art. 3º, inciso II).

A legislação ainda coloca os parâmetros para a delimitação das APP's, sendo considerado, para cursos d'água com menos de 10 metros de largura, as faixas marginais do corpo d'água de largura mínima de 30 metros.

Por sua vez, a Lei Federal nº 6.766/1979 (Parcelamento do Uso do Solo) define que

“ao longo da faixa de domínio das ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado” (BRASIL, 2012, Art. 3º, inciso II).

Essa área é comumente destinada à expansão das vias ou à instalação de equipamentos de suporte urbano e ambiental, assim só sendo permitido a elas uso pastoril ou agrícola.

Ainda foi utilizado, para a análise topográfica, o mapa de declividades de Campina Grande (TSUYUGUCHI, 2015). A opção por substituir a fonte usada pela metodologia NUI (NASA, 2010) por uma modelagem local, foi realizada com o objetivo de obter um mapeamento com intervalos de declividades mais adequados para a área.

O apontamento da ocupação dessas áreas como indicativo da presença de territórios populares também se dá por sujeitar os moradores a vulnerabilidades, como risco de deslizamento, alagamentos, insalubridade, danos à edificação, insegurança da posse da terra, etc.

- **Renda:**

É característico dos territórios populares serem acessados por população de baixa renda. As informações utilizadas para a construção dessas informações foram obtidas a partir da base de dados do censo do IBGE de 2010. Assim, informações como intervalo de salários mínimos foram baseados nos valores da época e corrigidos pela calculadora do cidadão.

- **Abastecimento de água e esgotamento sanitário:**

A falta de infraestrutura também representa limitações aos direitos básicos do cidadão. Como consequência da precariedade do saneamento básico, tem-se prejuízos na saúde primária da população.

Para compreender a situação dos territórios faz-se a análise do fornecimento de água e esgoto a partir da infraestrutura de tubulações fornecidas pela CAGEPA (2013).

A análise desses parâmetros é importante para que o pesquisador envolvido conheça a área estudada e possa, durante as oficinas, compreender as questões

apontadas, questionar sobre aspectos previamente observados e explorar as narrativas sobre os diferentes fatores.

2.4.2 Cartografias Coletivas

Além das cartografias georreferenciadas por diversas fontes, ainda foi construída uma metodologia de aproximação com as entidades de bairro, objetivando a produção conjunta de cartografias coletivas. Esse processo tem como principais objetivos, a partir de uma oficina, delimitar o perímetro do território popular e caracterizar as potencialidades e fraquezas desses espaços.

A necessidade de delimitar o perímetro da comunidade se dá ao passo que, mesmo em territórios que foram visibilizados (ainda que parcialmente) pelos levantamentos preexistentes, não possuem fronteiras que representam as verdadeiras delimitações dos territórios populares. As demarcações oficialmente produzidas geralmente estão em situação de superdimensionamento, subdimensionamento, união de territórios populares distintos ou divisão de um mesmo território popular, assim demandando reavaliação, para adequação dos perímetros dos territórios visando futuras intervenções. A possibilidade de delimitar esses territórios com entidades de bairro traz a compreensão da existência de uma unidade entre a população local, que compartilha as mesmas necessidades e busca, em conjunto, a contemplação de seus direitos.

Para auxiliar no processo de delimitação das áreas foram utilizados conceitos de limites, bairros, marcos e pontos nodais. Segundo Kevin Lynch, bairros são

“regiões médias ou grandes de uma cidade, concebidos como dotados de extensão bidimensional. O observador neles ‘penetra’ mentalmente, e eles são reconhecíveis por possuírem características comuns que os identificam. Sempre identificáveis a partir do lado interno, são também usados para referência externa quando visíveis de fora. Até certo ponto, muitos estruturam sua cidade dessa maneira, com diferenças individuais em suas respostas a quais são os elementos dominantes, as vias, ou os bairros. Isso não parece depender apenas do indivíduo, mas também da cidade” (LYNCH, 1960, p.52).

Dessa forma, na aplicação do conceito na oficina, eles seriam os próprios territórios populares. Por sua vez os limites são definidos como

“elementos lineares não usados ou entendidos como vias pelo observador. São as fronteiras entre duas fases, quebras de continuidade lineares: praias, margens de rios, lagos, etc.; cortes de ferrovias, espaços em construção, muros e paredes. São referências laterais, mais que eixos coordenados. Esses limites podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que separam uma região de outra, mas também podem ser costuras, linhas ao longo das quais duas regiões se relacionam e se encontram. Ainda que possam não ser tão dominantes quanto o sistema viário, para muitos esses elementos limítrofes são importantes características organizacionais, sobretudo devido ao seu papel de conferir unidade a áreas diferentes, como no contorno de uma cidade por água ou parede” (LYNCH, 1960, p.52).

Os limites surgem como as definições dos perímetros dos bairros, no caso, dos territórios populares. Já os pontos nodais são

“lugares estratégicos de uma cidade através dos quais o observador pode entrar, são os focos intensivos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove. Podem ser basicamente junções locais de interrupção do transporte, um cruzamento ou uma convergência de vias, momentos de passagem de uma estrutura a outra. Ou podem ser meras concentrações que adquirem importância por serem a condensação de algum uso ou de alguma característica física, como um ponto de encontro numa esquina ou uma praça fechada. Alguns desses pontos nodais de concentração são o foco e a síntese de um bairro, sobre o qual sua influência se irradia e do qual são um símbolo. Podem ser chamados de núcleos. Muitos pontos nodais, sem dúvida, têm a natureza tanto de conexões como de concentrações. O conceito de ponto nodal está ligado ao de via, uma vez que as conexões são, tipicamente, convergências de caminhos, fatos ao longo de um trajeto. Da mesma forma, liga-se ao conceito de bairro, tendo em vista que os núcleos são os focos intensivos dos bairros, seu centro polarizador. De qualquer maneira, alguns pontos nodais podem ser encontrados em praticamente qualquer imagem, e em certos casos podem ser o traço dominante” (LYNCH, 1960, p.52 e 53).

E, por fim, os marcos são conceituados como

“outro tipo de referência, mas, nesse caso, o observador não entra neles; são externos. Em geral, são um objeto físico definido de maneira muito simples: edifício, sinal, loja ou montanha. Seu uso implica a escolha de um elemento a partir de um conjunto de possibilidades. Alguns marcos são sitantes, tipicamente vistos de muitos ângulos e distâncias, acima do ponto mais alto de elementos menores e usados como referências radiais. Podem estar dentro da cidade ou uma distância tal que, para todos os fins práticos, simbolizam uma direção constante. Como exemplos, podemos citar as torres isoladas, as cúpulas douradas, as grandes montanhas. Até mesmo um ponto móvel, como o Sol, cujo

movimento é suficientemente lento e regular para ser usado como marco. Outros marcos são basicamente locais, sendo visíveis apenas em lugares restritos e a partir de uma certa proximidade. São eles os inúmeros anúncios e sinais, fachadas de lojas, árvores, maçanetas de portas e outros detalhes urbanos que preenchem a imagem da maioria dos observadores. São geralmente usados como indicadores de identidade, ou até de estrutura, e parecem tornar-se mais confiáveis à medida que um trajeto vai ficando cada vez mais conhecido” (LYNCH, 1960, p.52 e 53).

Sendo os dois últimos lugares utilizados para ajudar as participantes das oficinas a reconhecerem o espaço representado.

O ideal é que as oficinas sejam realizadas com o apoio de uma maquete, onde são apontados os pontos nodais e os marcos, para auxiliar no reconhecimento do local. A partir da compreensão do espaço, começa-se a indagação sobre os limites da comunidade e a marcação dos mesmos, até obter o perímetro do território popular.

Por sua vez, a caracterização busca evidenciar aspectos que não foram identificadas nas cartografias geradas, além de identificar contradições entre as cartografias e os discursos, compreendendo as narrativas expostas pelos agentes populares.

Para essa caracterização seguiu-se um quadro de pontos de partida para o reconhecimento dos territórios populares, construído pelo projeto Universal CNPQ/UFCG “Reconhecendo os Assentamentos Precários de João Pessoa e de Campina Grande/PB.”

O projeto observou a demanda por estudos amplos sobre os territórios populares de João Pessoa e Campina Grande, considerando a dificuldade de acesso à informações sobre os territórios por parte dos pesquisadores. Assim propõe-se a produção e disponibilidade de informações sobre esses espaços, objetivando identificar e caracterizar territórios populares dos dois municípios, quanto às condições urbanísticas, fundiárias, infraestruturais, sociais e ambientais. O quadro expõe variáveis que podem indicar condições de risco e vulnerabilidades dos territórios populares.

Quadro 05: Riscos e Vulnerabilidade: entradas para o reconhecimento dos territórios populares.

Dimensão	Campos	Variáveis	Descritores
Precariedade	Infraestruturas e serviços	Abastecimento de Água	Existência e acesso à rede

Dimensão	Campos	Variáveis	Descritores
Risco e Vulnerabilidade	Equipamentos Públicos		Frequência no acesso do abastecimento
		Esgotamento Sanitário	Existência e acesso à rede
		Drenagem artificial das águas pluviais	Existência de rede (galerias e canaletas)
		Iluminação Pública	Existência de rede / serviço
		Pavimentação	Pavimentação das vias e escadarias.
		Transporte Público	Disponibilidade de ônibus (400 m)
		Coleta de Lixo	Forma e frequência da coleta de lixo Destino dos resíduos sólidos
		Energia	Existência de acesso à energia elétrica
		Educação	Disponibilidade de equipamentos de educação (escolas e creches a 400m)
		Saúde	Disponibilidade de equipamentos de saúde
			Áreas cobertas por ACS
		Espaços Livres Públicos para lazer	Existência de Parques, praças, áreas para contemplação, desportos e recreação
		Equipamentos Privados	Comércio e Serviços
		Associativos e Comunitários	Associações, Conselhos, Clubes de mães etc.
		Religiosos	Igrejas, templos, terreiros
	Risco Socioambiental	Escorregamento	Pontos ou áreas de riscos de desabamento e deslizamento
		Alagamento	Pontos ou áreas de alagamento
		Contaminação	Áreas contaminadas ou poluídas
	Permanência	Não reconhecimento como ZEIS	Assentamento não reconhecido ou não integrado a uma ZEIS
		Segurança da edificação	Edificações com problemas estruturais e precariedade dos materiais construtivos
	Dinâmica Imobiliária do Entorno	Concentração de edifícios com mais de 6 pavimentos no entorno; áreas valorizadas no entorno.	

Dimensão	Campos	Variáveis	Descritores
		Conflitos fundiários urbanos	Ações de reintegração de posse; projetos e obras públicos interferentes;
		Áreas não consolidáveis	APPs, UCs, margens de cursos d'água, áreas com declividade superior a 45º Faixas de domínio de linhas de transmissão, rodovias e ferrovias

Fonte: MIRANDA, 2021.

O quadro é utilizado como roteiro, dessa forma questionando as percepções das integrantes do Clube de Mães sobre tais aspectos do morar. Essas informações são coletadas de forma que, quando possível, sejam espacializadas, mas quando não, forem registrados os discursos.

As diferenças entre o quadro de risco e vulnerabilidade (Quadro 05) e o quadro de variáveis utilizadas na metodologia desenvolvida (Quadro 04), estão na possibilidade de espacialização dos dados e na disponibilidade de informações relacionadas. Nem todos os dados listados no segundo quadro são possíveis de produzir cartogramas, além de outros não estarem disponíveis a tempo para o presente trabalho, assim utilizou-se os quadros para diferentes finalidades. Assim, enquanto o quadro das variáveis georreferenciadas geraram cartogramas, a conversa desenvolvida a partir do quadro de riscos e vulnerabilidade, produzem tanto mapas quanto discursos.

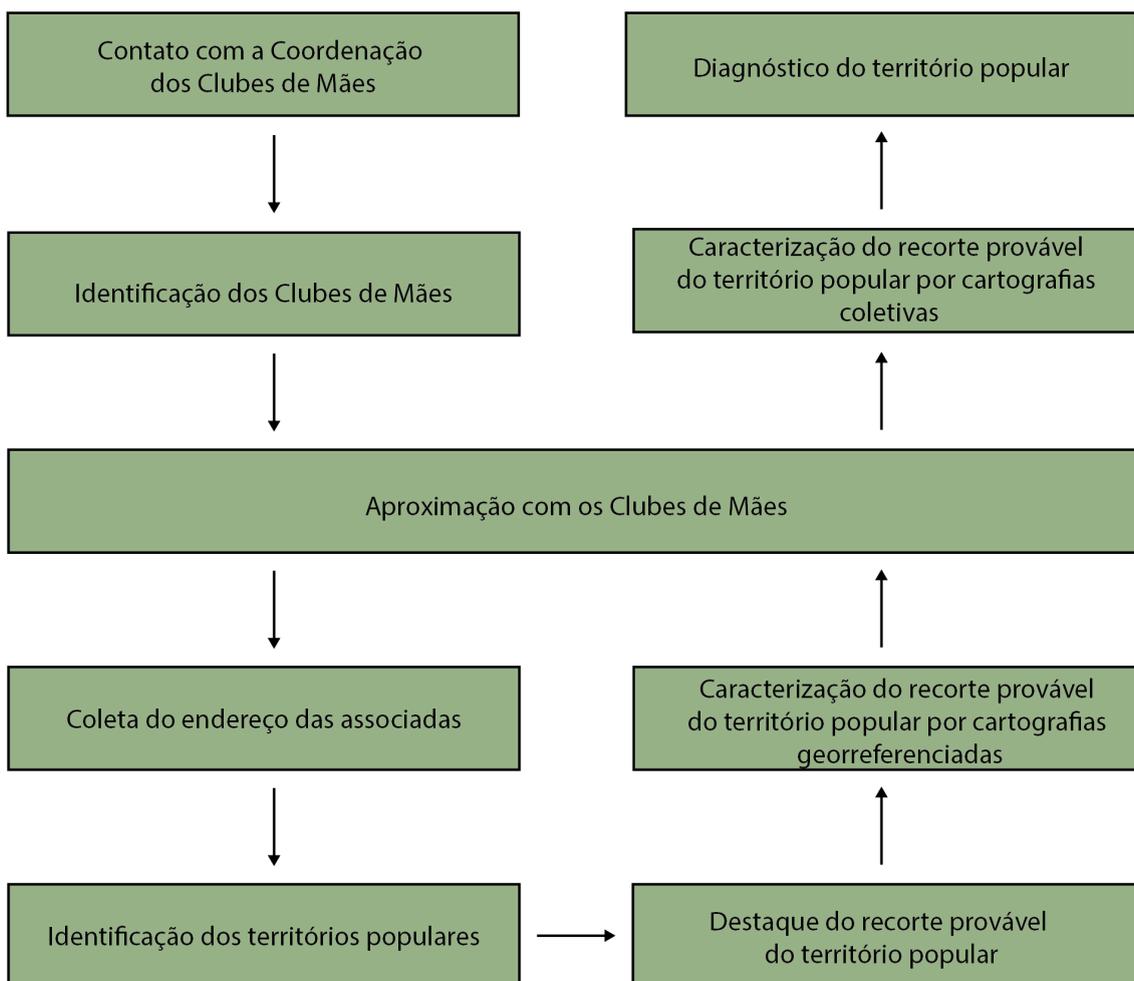
Importante perceber que o roteiro se trata de um direcionamento base, como um quebra gelo, entretanto é natural que durante as oficinas ocorreram desdobramentos, de forma que surjam novas questões e novos rumos. O mais importante da metodologia apresentada é a quebra da hierarquia do diagnóstico, como forma de valorizar as questões populares. O essencial no processo é a produção de informações que contribuam com a luta dos territórios populares por moradia digna.

Traçado Vivo

Identificação dos territórios populares e estudo de caso

O presente capítulo é composto por duas partes: a identificação de territórios populares em Campina Grande e a caracterização do território popular do Tambor. O caminho percorrido para a identificação e caracterização passa por: i) contato com a coordenação dos Clubes de Mães; ii) identificação dos Clubes de Mães; iii) aproximação com os Clubes de Mães; iv) coleta do endereço das associadas; v) identificação dos territórios populares. Já para a caracterização do estudo de caso foram percorridas as etapas de: i) destaque do recorte provável do território popular; ii) caracterização do recorte através de cartografias georreferenciadas; iii) aproximação com o Clube de Mães do Tambor; iv) caracterização território popular por cartografias coletivas; v) diagnóstico do território popular (Figura 08). Os processos de cada uma dessas partes será detalhado a seguir.

Figura 08: Caminhos para a identificação e caracterização dos territórios populares.



Fonte: Elaborado pela Autora.

3.1 Identificação dos territórios populares

Foi disponibilizado para a pesquisa uma ficha cadastral das lideranças comunitárias dos Clubes de Mães por bairro, para que fosse possível a identificação dos endereços das entidades de bairro e o contato com as presidentes de cada clube. Foram identificados os endereços de 29 CM's (Cartograma 09), entre os 49 disponíveis, o que corresponde a 59% do total. A maior parte dos clubes não identificados pertencem a distritos ou à zona rural. Foi realizada a tentativa de contato por telefone para identificar os endereços dos demais clubes, mas os dados da ficha cadastral estavam desatualizados (a atualização do documento disponibilizado foi realizada em 2021), assim alguns contatos não foram possíveis.

Cartograma 09: Endereços dos Clubes de Mães identificados.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: PMCG, 2010; Clubes de Mães, 2022.

Para a etapa de coleta dos endereços das associadas, foi realizada a aproximação com cada um dos CM's, realizando um contato por telefone para saber a disponibilidade dos endereços das associadas e um encontro presencial para a coleta desses dados. A apresentação da pesquisa foi facilitada pela Coordenação dos Clubes de Mães, que disponibilizou um tempo da reunião geral dos clubes para que a pesquisadora pudesse se apresentar e explicar a pesquisa, além da finalidade dos dados solicitados.

Para a sua organização interna, todos os clubes de mães possuem fichas das sócias, pelas quais foram consultados os seus endereços. Isso possibilitou uma espacialização desses dados para que fosse identificado, aproximadamente, as extensões físicas dos territórios populares. Em função das restrições de tempo para o

desenvolvimento deste trabalho de graduação, foi possível a aproximação para a coleta desses dados com cinco Clubes de Mães (10%), do universo dos CM: i) CM Anita Cabral, localizado no Tambor; ii) CM Cozete Barbosa, localizado no Assentamento Santa Cruz; iii) CM Cristina Procópio, localizado na Catingueira; iv) CM Joana Werter, localizado no Monte Castelo; CM Ana Maria Florindo, localizado na Ramadinha (Cartograma 09). Aqui consiste o primeiro constrangimento metodológico do método. Sabe-se que em muitos territórios populares os endereços não estão reconhecidos ou oficializados. Isto se dá por sua informalidade características, pela presença de becos e vielas, entre outras ocorrências.

Quando acessadas as fichas associadas, notou-se que algumas não possuíam a informação do endereço preenchida e, além dessas lacunas, alguns endereços não foram encontrados, por consequência de ruas sem nomes (projetadas) ou não registradas no Google Maps.

O quadro abaixo mostra a porcentagem de endereços cartografados a partir do acesso às informações coletadas.

Quadro 06: Endereços disponíveis e encontrados dos CM's visitados.

Território Popular (Clube de Mães)	Tambor (Anita Cabral)	Assentamento Santa Cruz (Cozete Barbosa)	Catingueira (Cristina Procópio)	Monte Castelo (Joana Werter)	Ramadinha (Ana Maria Florindo)
Total de mulheres associadas	28	55	149	91	36
Endereços disponibilizados	18 (64,3%)	55 (100%)	129 (86,5%)	90 (98,9%)	36 (100%)
Endereços encontrados	18 (64,3%)	-	111 (74,5%)	84 (92,3%)	34 (94%)

Fonte: Elaborado pela Autora.

Ainda é importante destacar a situação do Assentamento Santa Cruz, localizado na Zona Rural, onde os endereços são apontados apenas com o nome do Assentamento, não sendo possível a localização exata dos mesmos a partir do georreferenciamento dos endereços. Para a espacialização das residências das mulheres do CM Cozete Barbosa foi necessário uma visita de campo e, posteriormente, a marcação das casas pelo Google Earth a partir do auxílio de imagens satélites. Por consequência desse constrangimento metodológico, a célula

de “endereços encontrados” do Assentamento Santa Cruz (Quadro 06) não foi preenchida.

É importante ressaltar que os endereços das associadas foram retidos em confidência, garantida pelos termos de compromisso de manutenção de sigilo, assinado pelas pesquisadoras que tiveram acesso aos dados (Anexo 01).

Após coletados, os endereços foram georreferenciados e as informações foram tratadas. A partir da localização das residências das mulheres associadas, foram elaborados mapas de calor (mapa de Kernel), para que fosse identificado onde existia uma maior incidência das sócias dos clubes. A partir desse resultado foi possível identificar as áreas aproximadas de cada um dos territórios populares que sediam os CM's (Cartograma 10).

O levantamento inicial, resultado dessa primeira etapa, não determina o perímetro dos territórios populares, mas sim o recorte que deve ser levado para a pesquisa de campo, com o objetivo de definir, a partir de um trabalho realizado em conjunto com a comunidade, o perímetro do território popular.

Cartograma 10: Mapa de calor dos endereços das associadas aos Clubes de Mães.



Os CM's visitados foram selecionados de forma que existisse uma abrangência de tipologias dos territórios (em áreas mais centrais, mais periféricas e mesmo na área rural), além de estarem localizados em diferentes zonas da cidade. Ademais, ainda foi considerada a visibilidade dada à eles a partir dos levantamentos preexistentes, tentando compreender no levantamento territórios populares visibilizados, parcialmente visibilizados e invisibilizados.

A partir da sobreposição do mapa de calor dos endereços das associadas aos Clubes de Mães e dos levantamentos preexistentes (Cartograma 11), nota-se essa variedade relacionada à visibilidade dos territórios populares. Percebe-se que os endereços das associadas aos Clubes de Mães possuem potencial de identificar territórios populares com diferentes níveis de visibilização. A variável reconhece tanto o Assentamento Santa Cruz, o qual não possui nenhum fator de visibilidade, quanto a Caatingueira, que é visibilizada pelos quatro levantamentos preexistentes trabalhados na atual pesquisa (Assentamentos Precários, ZEIS, Aglomerados Subnormais e Áreas de Riscos). Os demais territórios populares também possuem diferentes níveis de visibilidade (Quadro 07).

Cartograma 11: Sobreposição do mapa de calor dos endereços das associadas aos Clubes de Mães e dos levantamentos preexistentes.



Quadro 07: Visibilidade dos territórios populares que sediam os CM's visitados.

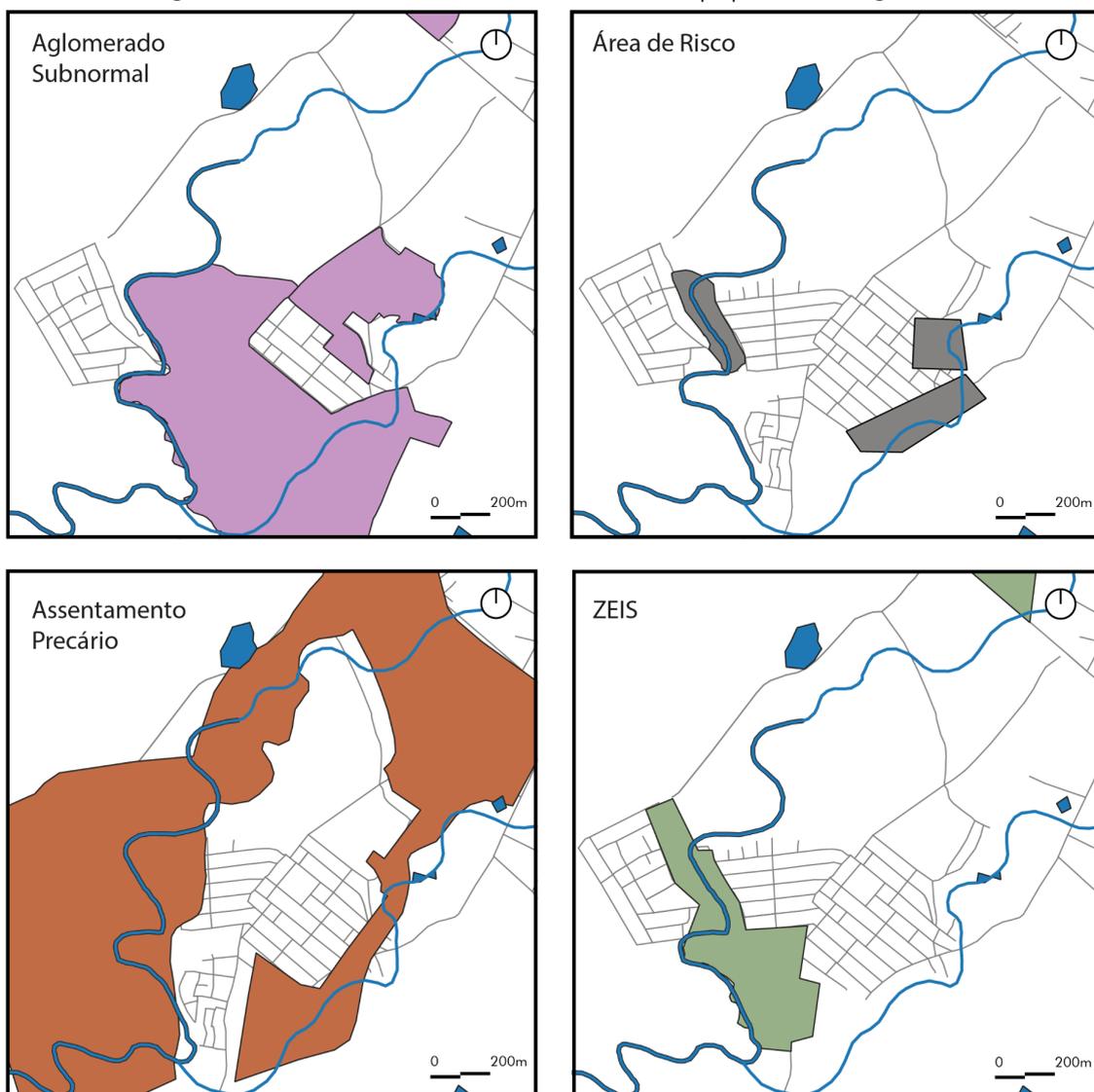
Território Popular (Clube de Mães)	Tambor (Anita Cabral)	Assentamento Santa Cruz (Cozete Barbosa)	Catingueira (Cristina Procópio)	Monte Castelo (Joana Werter)	Ramadinha (Ana Maria Florindo)
Aglomerados Subnormais	X		X		
Assentamentos Precários			X	X	
ZEIS			X		
Áreas de Risco	X		X	X	
Nível de visibilidade	Parcialmente visibilizado	Invisibilizado	Visibilizado	Parcialmente visibilizado	Invisibilizado

Fonte: Elaborado pela Autora.

Nota-se também que, apesar de alguns territórios populares já terem sido identificados ou parcialmente identificados, eles possuem delimitações incompatíveis com as que foram indicadas pela cartografia elaborada a partir dos endereços fornecidos pela entidade de bairro. Dessa forma, mesmo em áreas mais visibilizadas, a identificação do território popular, a partir da proximidade com a comunidade, permanece sendo importante.

Como exemplo, tem-se o recorte da Caatingueira que, quando delimitado a partir do cartograma de endereços georreferenciados (Cartograma 10), apresenta uma seção incompatível com os perímetros demarcados nos levantamentos anteriores (Figura 09).

Figuras 09: Fatores de visibilidade do território popular Caatingueira.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: PMCG, 2010; Defesa Civil, 2013 e 2021; IBGE, 2019; CEM/Cebrap, 2007; FBDS, 2015.

A partir dessa identificação pode ser realizada a aproximação de pesquisadores com os territórios populares que possuem Clubes de Mães, ou outras entidades de bairro, para dar sequência a metodologia explanada no capítulo anterior. No presente trabalho essa aproximação se dá a partir de um estudo de caso com o território popular Tambor, onde está localizado o Clube de Mães Anita Cabral, que se disponibilizou para colaborar com a presente pesquisa.

3.2 Estudo de caso: o território popular do Tambor

O território popular do Tambor foi selecionado para ser o estudo de caso, tanto por uma questão de disponibilidade das mulheres associadas ao Clube de Mães

do Tambor Anita Cabral, mas também devido à consolidação da entidade de bairro, que foi a pioneira em Campina Grande. O CM Anita Cabral, foi o primeiro CM a ser fundado na cidade, no dia 26 de fevereiro de 1963. Inicialmente ele funcionava em igrejas católicas, mas posteriormente, junto à Sociedade Amigos do Bairro (SAB) do Tambor, conquistou a edificação onde opera hoje em dia. O terreno localizado na Rua Santa Catarina, nº 2850, foi ocupado e, posteriormente, sua posse foi assegurada pelo instrumento urbano usucapião⁶, na década de 1990. Ele teve sua sede construída e inaugurada em 15 de maio de 1998 e a edificação ainda passou por reforma no ano de 2000. A manutenção do clube é garantida pelo Clube de Mães e o valor das despesas (água e energia) é suprido a partir da mensalidade das associadas ou, em meses que esse valor não é suficiente, pela diretoria do CM. Atualmente a única atividade realizada no espaço são as reuniões mensais do Clube de Mães Anita Cabral, que ocorrem no segundo domingo do mês, salvo exceções (como o dia das mães, dia dos pais, etc).

O território popular está situado dentro do bairro Tambor, o qual está localizado na Zona Sul da cidade de Campina Grande (Cartograma 12), com extensão de aproximadamente 128,3 hm². Segundo o Plano Diretor do Município de Campina Grande, ele está inserido na Zona de Recuperação Urbana, a qual é caracterizada

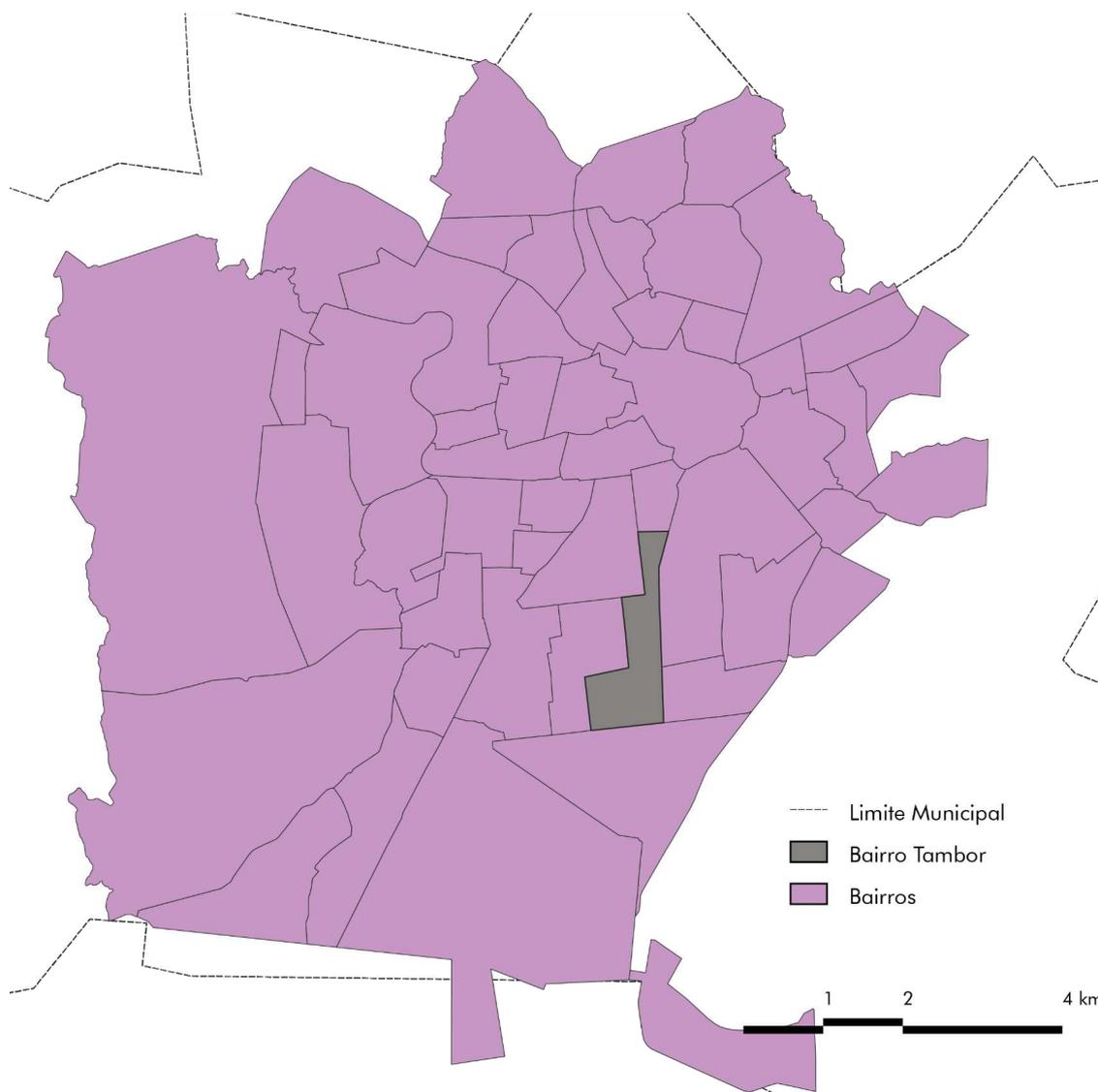
“pelo uso predominantemente residencial, com carência de infra-estrutura e equipamentos públicos e incidência de loteamentos irregulares e núcleos habitacionais de baixa renda” (CAMPINA GRANDE, 2013, Art. 18).

“São objetivos da Zona de Recuperação Urbana: I – complementar a infra-estrutura básica; II – implantar equipamentos públicos, espaços verdes e de lazer; III – promover a urbanização e a regularização fundiária dos núcleos habitacionais de baixa renda; IV – incentivar a construção de novas habitações de interesse social; V – conter a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis” (CAMPINA GRANDE, 2013, Art. 18, inciso I a V).

Assim, é reafirmada a demanda de uma leitura sobre esse espaço para atender aos objetivos expostos.

⁶ “Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural” (BRASIL, 2001, Art. 9º).

Cartograma 12: Localização do bairro Tambor na cidade Campina Grande.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: PMCG, 2022.

3.2.1 Caracterização por cartogramas georreferenciados

A partir do recorte da área provável do território popular do Tambor (Cartograma 10) foi realizada uma caracterização prévia do território popular, para o reconhecimento inicial do espaço.

Cartograma 13: Levantamentos preexistentes no território popular do Tambor.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: Campina Grande, 2009; Defesa Civil, 2013 e 2021; IBGE, 2019; CEM/Cebrap, 2007; FBDS, 2015.

Como já visto, o Tambor é um território popular parcialmente visibilizado. O recorte realizado a partir dos endereços das associadas ao CM Anita Cabral contém dois Aglomerados Subnormais (Tambor 1 e Tambor 2), a ZEIS Nossa Senhora Aparecida, parte de um Assentamento Precário e duas Áreas de Risco (Cartograma 13). A frente será evidenciado que de fato o território popular considerado pelas mulheres do Anita Cabral, não engloba todos esses grupos. Mas, por hora, considera-se que partes da área evidenciada estão visibilizadas por levantamentos preexistentes.

Cartografia 14: Traçado das quadras do território popular do Tambor.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: PMCG, 2010; FBDS, 2015.

Quanto à morfologia, é evidente que o território possui uma faixa de quadras contínuas mais irregulares. O traçado mais orgânico evidencia espaços da cidade autoconstruída. As quadras que apresentam esse desenho também contêm vielas e becos, o que pode ser um sinal de ruas sem infraestrutura de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário) e onde o caminhão da coleta de lixo não possui disponibilidade de acesso.

Cartografia 15: Declividade do território popular do Tambor.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: PMCG, 2010; TSUYUGUCHI, 2015.

Quanto à topografia, notam-se (Cartograma 15) trechos com a declividade mais acentuada próximos ao percurso do corpo d'água. Também é possível perceber essa declividade maior na porção sul das quadras com formato mais orgânico. A hipótese de preterimento desses espaços é reafirmada ao passo que esses espaços não menos ocupados ou, quando ocupados, possuem uma situação de maior precariedade.

Cartografia 16: Áreas com restrições à ocupação no território popular do Tambor.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: PMCG, 2010; FBDS, 2015.

Percebe-se que (Cartograma 16) não existem imóveis ocupando a APP, mas existem residências dentro da área *non aedificandi* ao entorno da linha férrea. A linha férrea estar adjacente às quadras com traçado orgânico reforça a ideia de suscetibilidade de áreas *non aedificandes* à produção de lugares autoconstruídos. Nota-se que as edificações que ocupam essa área possuem lotes com a testada menor, apresentam infiltrações na fachada e fazem uso de materiais improvisados para a sua construção, como portões de telhas de fibrocimento e metálicas ou pedaços de madeira, o que é raramente percebido em outras partes do território popular (Fotografias 01 e 02)..

Fotografia 01 e 02: Ocupações na faixa não edificável do Tambor.

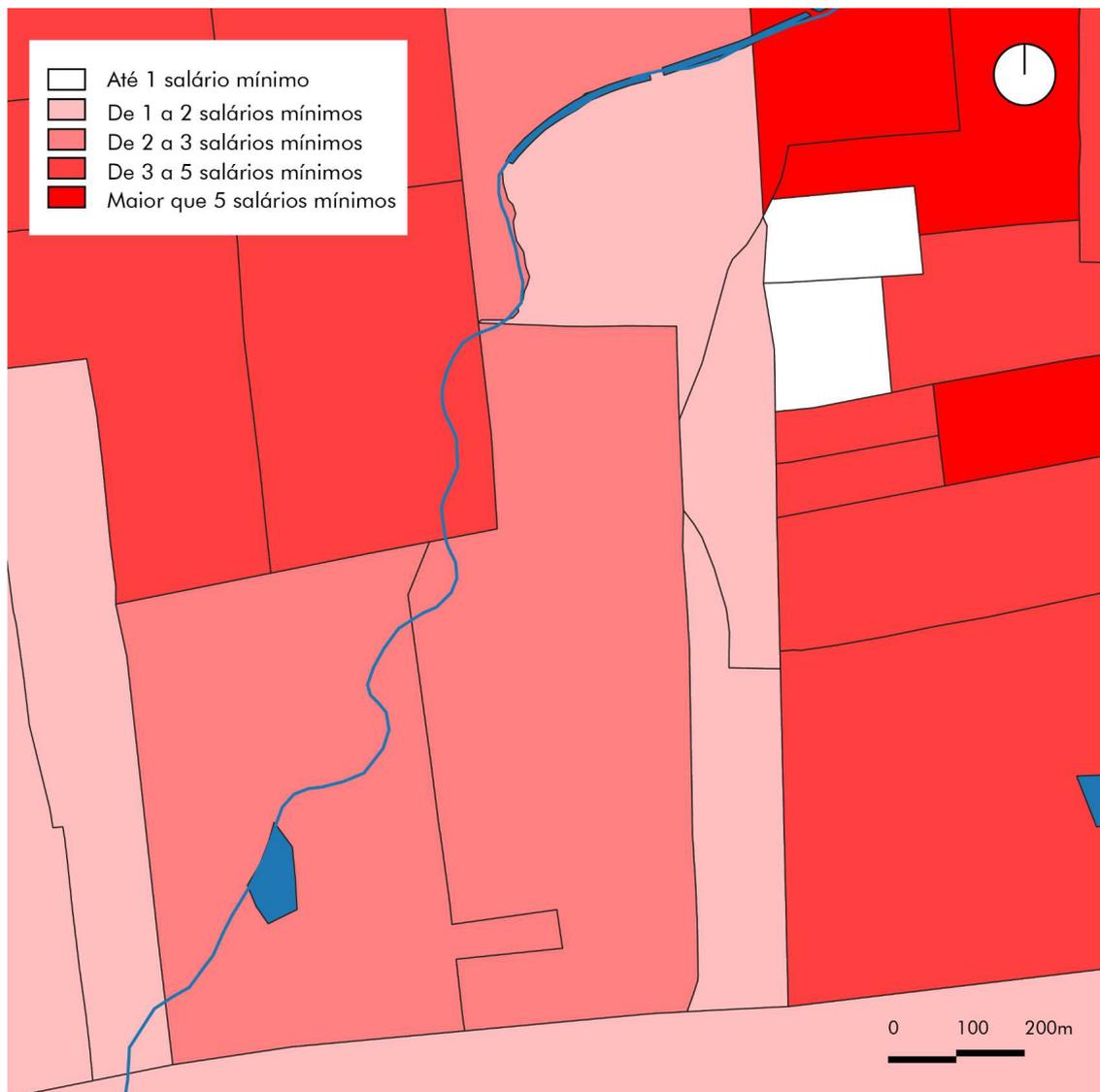


Fonte: Google Maps, 2022.



Fonte: Google Maps, 2022.

Cartografia 17: Renda por setor censitário no território popular do Tambor.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: PMCG, 2010; IBGE, 2010; FBDS, 2015.

Quanto à média salarial dos responsáveis pelos domicílios (Cartograma 17), nota-se dois setores com até um salário mínimo, que são correspondentes, aproximadamente, à área da ZEIS Nossa Senhora Aparecida. Em seguida tem-se três setores (malha censitária de 2010), os quais possuem interseção com os aglomerados subnormais de 2019, que estão no intervalo de 1 a 2 salários mínimos. Quanto mais distante dessas duas áreas, maior o poder aquisitivo das pessoas associadas aos demais setores.

Cartograma 18: Abastecimento de água no território popular do Tambor.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: PMCG, 2010; CAGEPA, 201; FBDS, 2015.

Quanto ao saneamento básico, o abastecimento de água (Cartograma 18) está ausente na porção norte do terreno (Área 01), nas quadras próximas ao limite do canal com o riacho. Por sua vez, o esgotamento sanitário (Cartograma 19) não existe na parte mais central do terreno, também nas quadras próximas ao corpo d'água (Área 03), na porção sul do terreno (Área 04) um trecho da rua do Juá (Área 02), na margem da linha férrea, onde estão presentes as ocupações da área *non aedificandi* e *no seu entorno*. Faz-se assim uma associação entre a presença do corpo d'água e linhas férrea a um nível de precariedade urbana, mesmo que essas edificações não estejam necessariamente ocupando uma APP ou uma faixa não construível.

Cartograma 19: Esgotamento sanitário no território popular do Tambor.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: PMCG, 2010; CAGEPA, 201; FBDS, 2015.

Os cartogramas foram realizados a fim de construir conhecimento básico sobre as problemáticas do território popular, de forma que as questões apontadas pudessem ser confirmadas ou confrontadas a partir da visita ao local e da cartografia coletiva.

3.2.2 Caracterização por cartografias coletivas

Foi realizada a interação da pesquisadora com o Clube de Mães em três contatos presenciais, além das conversas por ligação e mensagens. Entre os encontros, realizou-se duas participações de reuniões mensais e uma visita de campo

para a coleta dos endereços das associadas. A primeira como aproximação do grupo (15 de maio) e a segunda para a realização da oficina de cartografia coletiva (10 de julho).

Na primeira reunião foi realizada a apresentação da pesquisa ao grupo, introduzindo as motivações do trabalho e a justificativa da coleta dos dados, além da garantia do sigilo dos mesmos. As associadas fizeram perguntas sobre o trabalho, como questionamentos sobre o uso dos endereços, que foram esclarecidos. Desta reunião foi marcado o retorno da pesquisadora para a coleta dos dados com a tesoureira, que não pôde comparecer no dia.

O segundo contato foi para a coleta dos dados que ocorreu na residência da tesoureira, onde foi feito o registro dos endereços das associadas para acrescentar o Tambor ao mapa de calor dos endereços das associadas aos Clubes de Mães. Essa etapa foi a etapa comum a todos os Clubes de Mães visitados.

O terceiro contato, no encontro mensal do Clube de Mães, consistiu na realização da oficina de Cartografia Coletiva. Para realização da dinâmica foi preparado o material, que consistia em uma maquete com a representação das curvas de níveis do recorte da área -definida a partir dos endereços coletados-, o corpo d'água que atravessa o local, a área verde ao longo da margem do riacho, além das quadras e lotes do terreno. Ainda foram evidenciados os marcos (o Amigão e o Residencial Dubu VI) e os pontos nodais (o próprio Clube de Mães Anita Cabral, os correios e a escola Monsenhor Sales), para ajudar no processo de legibilidade e compreensão da maquete. Foi explicado às cinco participantes como a maquete estava estruturada, onde estava o Clube de Mães (local da reunião), além do objetivo de delimitar e caracterizar o espaço.

Iniciou-se a delimitação do território popular a partir da identificação dos limites: a linha férrea, o corpo d'água e a Avenida João Wallig (Cartograma 20). Esse perímetro foi sendo delimitado com uma linha vermelha, para que elas pudessem visualizar o resultado e reafirmar o perímetro estabelecido (Fotografia 03).

É importante destacar que a linha férrea e o corpo d'água foram elementos evidenciados anteriormente, como objetos associados à identificação da precariedade. A partir da aproximação com a comunidade foi possível visualizar esses espaços também como divisores dos lugares, marcando fisicamente as diferenças morfológicas entre os espaços e, no caso do corpo d'água, sendo até mesmo uma barreira física.

Fotografia 03: Delimitação do perímetro do território popular.



Fonte: Bárbara Sousa Martins, 2022.

Cartograma 20: Limites, marcos e pontos nodais identificados no território popular do Tambor.



Fonte: Elaborado pela Autora.

Base dos mapas: PMCG, 2010; FBDS, 2015.

Quanto à caracterização, foram elaboradas etiquetas referentes aos riscos e à vulnerabilidade dos territórios populares (Quadro 5), para serem especializadas pelas participantes da oficina. As etiquetas possuíam as seguintes descrições: i) sem abastecimento de água ii) sem esgotamento sanitário; iii) falta iluminação pública; iv) sem rede de drenagem; v) falta de acesso à energia elétrica; vi) falta pavimentação; vii) falta coleta de lixo; viii) ocorrência de alagamento; ix) perigo de deslizamento; x) área poluída; xi) habitações com riscos estruturais; xii) presença de casas sem segurança de posse.

Fotografia 04: Etiquetas especializadas na Rua Santa Catarina.



Fonte: Bárbara Sousa Martins, 2022.

Foram identificados algumas dessas demandas na rua do Clubes de Mães Anita Cabral (Rua Santa Catarina), como a falta de esgotamento sanitário, a falta de pavimentação e a insuficiência de iluminação pública (Fotografia 04). Também foram apontados alguns lugares onde existe a ocorrência de alagamentos, como na rua do Juá e na Rua Maria Carneiro.

Fotografia 05 e 06: Cartografia coletiva realizada com o Clube de Mães Anita Cabral



Fonte: Bárbara Sousa Martins, 2022.



Fonte: Bárbara Sousa Martins, 2022.

As demais variáveis do quadro de riscos e vulnerabilidades (Quadro 05), que não poderiam ser espacializados, foram levantados a partir de conversas.

Foi relatado que a falta de pavimentação e de esgotamento sanitário na Rua Santa Catarina tem sua permanência apoiada em um conflito de informações: a Secretaria de Obras (SECOB) informa à comunidade que não pode realizar o asfaltamento devido a ausência da tubulação de esgoto sanitário na via, sendo assim, necessário esperar pela ação da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA). Por sua vez, a CAGEPA afirma que a rua possui infraestrutura de esgoto. Dessa forma, quando questionado sobre a falta de esgoto sanitário no território popular, o apontamento da Rua Santa Catarina foi descrito como “hora tem, hora não tem”. No

mapeamento da CAGEPA (2013) mostra que a rua é parcialmente dotada de infraestrutura de esgoto (Cartograma XX), o que pode ser a base para o conflito dos discursos.

Apesar de não ter sido utilizada a etiqueta da falta de drenagem artificial das águas pluviais, foi apontada uma área de alagamento na Rua do Tambor, a qual está distante dos corpos d'água presentes no território popular. Assim, compreende-se que é necessária uma intervenção de drenagem na área.

Quanto ao transporte público, foi apontada a redução da frota de ônibus da linha 111 após o início da pandemia. Com essa restrição, foi dificultado o acesso de ônibus aos moradores, que residem na porção mais a sul da comunidade, próximo ao corpo d'água.

Quando questionado sobre a coleta de lixo, a resposta foi positiva. Ainda foi indagado sobre as ruas estreitas, onde os caminhões de lixo não conseguem transitar e o retorno foi a naturalização de uma resposta encontrada pela própria comunidade para a solução do problema, que se desloca para outras ruas, a fim de levar o lixo para pontos de coleta.

Sobre os espaços de lazer, foi mencionada a construção de uma pista de caminhada no percurso da linha férrea e a demanda de outra atividade de lazer localizada a oeste do terreno, próximo ao corpo d'água, onde existem espaços livres.

No que diz respeito a equipamentos associativos e comunitários, como já mencionado, a comunidade possui duas entidades de bairro: o Clube de Mães e a SAB, que funcionam no mesmo lugar.

Em relação a equipamentos religiosos, existe uma postura parcial da maioria das associadas, já que o Clube de Mães tem sua origem relacionada à igreja católica e, até hoje, permanece com esse vínculo. Dessa forma foi falado sobre a presença de igrejas católicas e evangélicas, mas notou-se um desconforto na menção de outras expressões religiosas, dessa forma o assunto foi encerrado.

Ainda foi dito que existe a oferta de equipamentos de saúde e de educação de forma satisfatória. Também foi afirmada a suficiente disponibilidade de equipamentos privados, como mercados, farmácia, etc.

Ademais, quando perguntado sobre casas em condição de vulnerabilidade, seja por segurança da edificação ou da posse da terra, as associadas disseram não ter tomado conhecimento de alguma situação similar na comunidade.

redução da participação (comparada com a quantidade de mulheres formalmente associadas) ocorreu devido ao dia chuvoso, mas também por o clube estar em uma fase de reestruturação, após a flexibilização do isolamento social da pandemia do COVID-19.

Entre as incongruências percebidas, pode-se notar:

- O não apontamento, por parte da comunidade, da vulnerabilidade construtiva das edificações que ocupam a faixa não construível da linha férrea;
- A falta de esgotamento na Rua Santa Catarina que, segundo o cartograma com dados da CAGEPA, está parcialmente dotada de infraestrutura.
- Os pontos de alagamentos mencionados em oficinas, que não aparecem nos cartogramas;

Ainda destaca-se que apenas em campo é possível identificar narrativas que explicam, ao menos parcialmente, a estrutura de manutenção das problemáticas. Como exemplo, tem-se as divergências entre os discursos dos órgãos responsáveis pelo saneamento básico e pelo asfaltamento das ruas. A partir dessa contradição, nota-se que o desafio da falta de acesso à informações não se dá apenas por parte dos pesquisadores, mas também surge como barreira para a participação política da população na cobrança de seus direitos.

Fotografia 07: Participantes da oficina do Clube de Mães Anita Cabral.



Fonte: Bárbara Sousa Martins, 2022.

Considerações finais

Esse estudo se deu a partir de reflexões geradas durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) 2019 - 2020 “Precariedade Habitacional: Mapeamento em rede e ações através de iniciativas de assistência técnica em habitação de interesse social”. O projeto objetivava caracterizar, identificar e propor formas de intervenção em territórios populares da Paraíba, através da parceria com assessorias técnicas.

Durante a pesquisa citada, já existiam indícios de que os levantamentos preexistentes não correspondiam efetivamente à totalidade dos territórios populares. Essa ausência de dados dificulta o planejamento urbano e a inclusão dos mesmos em planos e políticas habitacionais. A partir da observação dessas lacunas, surgiu a inquietação para investigar formas de identificar territórios populares invisibilizados.

Por meio da análise de diferentes métodos de identificação, compreendeu-se tanto a importância de diagnósticos técnicos, mas também das visitas de campo, coletando narrativas da população residente. Observa-se que cada uma dessas abordagens possuem suas limitações, dessa forma uma acaba por preencher as lacunas da outra.

Assim, a metodologia construída destaca processos colaborativos, que direcionaram o trabalho a explorar informações diretas a partir das entidades de bairros. Encontrou-se então a oportunidade de trabalhar em conjunto dos Clubes de Mães, como uma forma de identificar e caracterizar os territórios populares de forma colaborativa. Os CM's se mostraram nesse processo como uma rica fonte de informações, mas também como uma entidade de bairro que age como instrumento de luta em defesa da comunidade.

O movimento de luta por moradia digna, dentro do presente estudo, se faz importante, uma vez que o trabalho está contido em uma disputa de narrativas sobre os territórios populares. É necessário desconstruir a imagem de anormalidade e da criminalidade que incide sobre os territórios populares e iniciar uma visão desses espaços como a cidade construída pelo povo e para o povo. Esse processo não segue uma linha de romantização das negligências urbanas vividas na cidade, mas está presente como forma a fortalecer discursos que prezam pela atenção à voz da população residente de territórios populares.

Nota-se o povo consciente de suas necessidades, ativo na luta por cidades mais justas e preparado para participar da construção de projetos urbanos, que só assim poderão contemplar as demandas da população.

Dessa forma, recomenda-se ainda que esse trabalho seja continuado, tanto no que diz respeito à identificação e caracterização dos demais territórios populares (que não foram contemplados no presente estudo devido o limitado tempo), mas também a sequência no avanço de metodologias que explorem a participação da população no diagnóstico e em intervenções que ocorrem sobre a cidade. Ademais, ainda pode ser investigada a possibilidade de identificar territórios populares na cidade a partir dos dados do CadÚnico, a partir do momento que estes forem disponibilizados pelo Ministério das Cidades.

Referências

- A Rede Moradia Assessoria. Rede Moradia Assessoria, 2021. Disponível em: <<https://www.moradiaassessoria.org.br/about>>. Acesso em: 01 de agosto de 2022
- BRASIL. Lei Nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.
- BRASIL. LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- BRASIL. Lei Nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
- CAMPINA GRANDE. Lei Nº 4.806, de 23 de setembro de 2009. Regulamenta as Zonas Especiais de Interesse Social de Campina Grande e dá outras providências.
- CAMPINA GRANDE. Lei Complementar nº 033 de 31 de outubro de 2006. Promove a revisão do Plano Diretor do município de Campina Grande. Disponível em: <http://pmcg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Plano_Diretor_2006.pdf>. Acesso em 25 de ago. 2018.
- Cartografia das controvérsias + indisciplinar. Territórios Populares, 2019. Disponível em: <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/metodo/>>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.
- CARVALHO, M. A Estrutura e a Infraestrutura: Análise da relação entre o desenvolvimento do sistema de abastecimento de água e a estrutura intraurbana de Campina Grande – PB. Dissertação (Mestrado Programa de Pósgraduação em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020
- CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa. Campina Grande: Serviço Geológico do Brasil, 2013
- FREITAS, DANIEL MEDEIROS DE ; LOPES, MARCELA SILVIANO BRANDÃO ; RENA, NATACHA ARAÚJO . CARTOGRAFIAS INDISCIPLINARES. Revista Debates Insubmissos, v. 3, p. 230-259, 2021.
- LIMA, Y. S. A política habitacional em Campina Grande – PB (1988-2009). 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- LOPES, Marcela Silviano Brandão; RENA, N. S. A. ; SÁ, Ana Isabel Anastasia . Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. VIRUS, v. v19, p. 1-15, 2019.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Pontes, 1997.
- MARENGO, J. A., Torres, R. R., & Alves, L. M. Drought in Northeast Brazil—past, present, and future. Theoretical and Applied Climatology. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s00704-016-1840-8> >

MELO, Luis Gonzaga. Habitação popular em Campina Grande. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação. 2010. Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários. Brasília.

MIRANDA, L. Reconhecendo os Assentamentos Precários de João Pessoa e de Campina Grande/PB. Campina Grande. CNPQ/UFCG, 2021. (Projeto enviado ao CNPQ, 403969/2021-2)

MORAES, Demóstenes. et al. Direito à Cidade e Habitação: condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas de urbanização de favelas – avaliação do ciclo recente de Campina Grande / PB. Relatório Final. Campina Grande: Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles, 2021.

Natureza Política - Grupo de Pesquisa Indisciplinar. Rede Moradia Assessoria, 2021. Disponível em: <<https://www.moradiaassessoria.org.br/grupos/Naturezapolitica>> . Acesso em: 02 de agosto de 2022.

OLIVEIRA, MARÍLIA TOMAZ DE.; ALBUQUERQUE, PAULO HENRIQUE NOVAES MARTINS DE. Democracia primária e experiência associativa : os clubes de mães em Campina Grande. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

QUEIROZ, M. Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). Campina Grande: editora da UFCG, 2016

RODRIGUES, Giseli Tavares de Souza. História do clube de mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1974-1990). 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

SANEAR. ATLAS das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife. Recife: Prefeitura do Recife, 2014.

SANTORO, PAULA FREIRE. Por uma agenda de pesquisa sobre a cidade, as mulheres e as interseccionalidades. 2019; Tema: planejamento urbano. (Site). Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/por-uma-agenda-de-pesquisa-sobre-a-cidade-as-mulheres-e-as-interseccionalidades/>>. Acesso em: 09 de agosto de 2022

SARAIVA, Luiz Arthur Pereira. A Participação Socioespacial das Representações de Bairro na Gestão e no Planejamento de Campina Grande/PB: "Ativismos" entre Precariedades democrático-Cidadãs. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco.

TSUYUGUCHI, Bárbara Barbosa. Macrodrenagem e ocupação do solo no município de Campina Grande: caracterização, simulação e análises sistêmicas. 100f. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2015.

XIX Encontro Nacional da ANPUR.Sessão livre "Núcleos Urbanos Informais: Abordagens metodológicas para a caracterização e a identificação de assentamentos precários". 2022. (Encontro).

Zárate, L. (2016) "Derecho a la Ciudad. Enfoques y herramientas para los desafíos de la justicia social en una centuria urbana", en Revista institucional de la defensa pública de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, Derecho a la Ciudad. Sin justicia social urbana no hay ciudadanía, Año 6, N. 10, págs. 27- 35.



INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – NÚCLEO PARAÍBA

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Eu, Carolina Barbosa Tsuyuguchi, pesquisadora do INCT Observatório das Metrópoles Núcleo Paraíba, 02343302286, declaro estar ciente da habilitação que me foi conferida para manuseio de dados identificados dos Clubes de Mães da cidade de Campina Grande.

No tocante às atribuições a mim conferidas, no âmbito do Termo de Responsabilidade acima referido, comprometo-me a:

- a) manusear as bases de dados apenas por necessidade de serviço, ou em caso de determinação expressa, desde que legal, de superior hierárquico;
- b) manter a absoluta cautela quando da exibição de dados em tela, impressora, ou, ainda, na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham a tomar ciência pessoas não autorizadas;
- c) não me ausentar do terminal sem encerrar a sessão de uso das bases, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por pessoas não autorizadas; e
- d) manter sigilo dos dados ou informações sigilosas obtidas por força de minhas atribuições, abstendo-me de revelá-los ou divulgá-los, sob pena de incorrer nas sanções civis e penais decorrentes de eventual divulgação.

Campina Grande (PB), 25 de maio de 2022

Documento assinado digitalmente
gov.br CAROLINA BARBOSA TSUYUGUCHI
Data: 14/05/2022 18:22:27-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Carolina Barbosa Tsuyuguchi
02343302286
carolinatsuyu@gmail.com



INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – NÚCLEO PARAÍBA

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Eu, Maria Alice Silva de Oliveira, pesquisadora do INCT Observatório das Metrópoles Núcleo Paraíba, 102.406.604-55, declaro estar ciente da habilitação que me foi conferida para manuseio de dados identificados dos Clubes de Mães da cidade de Campina Grande.

No tocante às atribuições a mim conferidas, no âmbito do Termo de Responsabilidade acima referido, comprometo-me a:

- a) manusear as bases de dados apenas por necessidade de serviço, ou em caso de determinação expressa, desde que legal, de superior hierárquico;
- b) manter a absoluta cautela quando da exibição de dados em tela, impressora, ou, ainda, na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham a tomar ciência pessoas não autorizadas;
- c) não me ausentar do terminal sem encerrar a sessão de uso das bases, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por pessoas não autorizadas; e
- d) manter sigilo dos dados ou informações sigilosas obtidas por força de minhas atribuições, abstenho-me de revelá-los ou divulgá-los, sob pena de incorrer nas sanções civis e penais decorrentes de eventual divulgação.

Campina Grande (PB), 25 de maio de 2022

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA ALICE SILVA DE OLIVEIRA
Data: 25/05/2022 21:27:40-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Maria Alice Silva de Oliveira
102.406.604-55
alice.silva@estudante.ufcg.edu.br